ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf **THIAGO CUNHA** GOMES

AS RELAÇÕES DO BRASIL NO CONTEXTO DOS BRICS E SEUS REFLEXOS NA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Rio de Janeiro

2018

Maj Inf **THIAGO CUNHA** GOMES

AS RELAÇÕES DO BRASIL NO CONTEXTO DOS BRICS E SEUS REFLEXOS NA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: Major Cav Daniel Mendes Aguiar Santos

Rio de Janeiro
2018

G633r Gomes, Thiago Cunha

AS RELAÇÕES DO BRASIL NO CONTEXTO DOS BRICS E SEUS REFLEXOS NA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA. -2018.
83 f.: il. ; 30 cm.

Orientação: Maj Cav Daniel Mendes Aguiar Santos
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) ─ Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 77-83.

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 2. BRICS. 3. POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA. I. Título.

CDD 355

Maj Inf **THIAGO CUNHA** GOMES

AS RELAÇÕES DO BRASIL NO CONTEXTO DOS BRICS E SEUS REFLEXOS NA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em de de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

_____
DANIEL MENDES AGUIAR SANTOS – Maj Cav – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
GUILHERME NAVES PINHEIRO – TC Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
ALISSON ALENCAR DAVID – Maj Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A Deus por ter me dado saúde e equilíbrio, aos meus pais Carlyle e Maria das Graças pela excelente educação e formação, a minha esposa Egley pelo companheirismo e aos meus filhos Davi e Kauã pela paciência e força nas horas em que estava me dedicando a esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa pelo amor e apoio dedicado à minha pessoa ao longo destes quinze anos de convivência.

Aos meus filhos por toda a alegria que me propiciaram em todos os dias da minha existência como pai.

Aos meus familiares, pelo incentivo e entusiasmo conferidos a minha pessoa.

Ao meu orientador, Maj Cav Daniel Aguiar, meus sinceros agradecimentos pela dedicação e paciência durante a elaboração deste trabalho. Agradeço, ainda, pela orientação firme e objetiva e pelas sugestões que facilitaram a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Com o término da Guerra Fria, a nova Ordem Mundial vem alterando as relações internacionais entre países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos. Nesse contexto multipolar, o século XXI se inicia com o crescimento da importância dos países emergentes no cenário mundial, onde Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul uniram forças, formando um grupo que reúne 40% da população mundial, o BRICS. A nova entidade político-diplomático tem contribuído para o estreitamento das relações bilaterais e multilaterais nas cinco expressões do poder nacional, com reflexos no desenvolvimento da nação. Como desenvolvimento e defesa caminham lado a lado, o presente trabalho buscou relacionar os impactos das relações internacionais do Brasil no âmbito do BRICS com os Objetivos Nacionais de Defesa delineados pela Política Nacional de Defesa. Desse modo, foi elaborada uma introdução, que objetivou ambientar o leitor sobre as peculiaridades do novo contexto internacional, caracterizado pela multipolaridade, e sobre a estreita ligação entre a Política Externa e a Política Nacional de Defesa. No desenvolvimento, foram apresentados conceitos acerca das cinco expressões do poder nacional, a política externa do Brasil e os documentos de defesa. Foram destacadas as relações do Brasil com cada integrante do BRICS, principalmente nas expressões política, científico-tecnológica e militar, ressaltando o alinhamento com a Defesa Nacional através de parcerias nos três setores prioritários da Defesa Nacional: o nuclear, o cibernético e o espacial. Por ultimo, como conclusão, foi verificado o grau de efetividade dessas relações e o grau de integração do bloco, de forma a vislumbrar sua sustentabilidade e as possibilidades de maior protagonismo do Brasil nos processos decisórios mundiais.

Palavras-chave: BRICS; multipolaridade; Política Nacional de Defesa.

ABSTRACT

With the end of the Cold War, the new World Order has been changing international relations between developed, emerging and underdeveloped countries. In this multipolar context, the 21st century begins with the growing importance of the emerging countries in the world scenario, where Brazil, Russia, India, China and South Africa joined forces, forming a group that brings together 40% of the world population, the BRICS. The new political-diplomatic entity has contributed to the strengthening of bilateral and multilateral relations in the five expressions of national power, with repercussions on the development of the nation. As development and defense go hand in hand, the present work sought to relate the impacts of Brazil's international relations within BRICS with the National Defense Objectives delineated by the National Defense Policy. Thus, an introduction was elaborated, which was intended to give the reader an idea of the peculiarities of the new international context, characterized by multipolarity, and the close connection between the Foreign Policy and the National Defense Policy. In the development, concepts were presented about the five expressions of national power, Brazil's foreign policy and defense documents. Brazil's relations with each BRICS member were highlighted, especially in the political, scientific-technological and military expressions, highlighting the alignment with National Defense through partnerships in the three priority sectors of National Defense: nuclear, cybernetic and space. Finally, as a conclusion, it was verified the degree of effectiveness of these relations and the degree of integration of the block, in order to glimpse its sustainability and the possibilities of greater protagonism of Brazil in the global decision-making processes.

Key words: BRICS; multipolarity; National Defense Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABEN	Agência Brasileira de Energia Nuclear
AEB	Agência Espacial Brasileira
AED	Ações Estratégicas de Defesa
BID	Base Industrial de Defesa
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAN	Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação
CAST	Academia Chinesa de Tecnologia Espacial
CNEM	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
EurAsEC	Comunidade Econômica Eurasiática
EBT	Escritório Brasileiro de Turismo
ED	Estratégias de Defesa
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FAB	Força Aérea Brasileira
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IBSAMAR	Índia-Brazil- South Africa Maritime
IED	Investimentos Externos Diretos
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LAAD	Latin America Aero & Defence
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
NUCLEP	Nuclebrás Equipamentos Pesados

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
PEB	Política Externa do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PRODE	Produtos de Defesa
RCSSTEAP	Centro Regional para Educação em Ciência e Tecnologia Espacial na Ásia e no Pacífico
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
TNP	Tratado de Não-Profliferação de Armas Nucleares
VLS	Veículo Lançador de Satélites
ZEE	Zonas Econômicas Especiais
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

LISTA DE FIGURAS

01	Expressões do Poder Nacional.....	18
02	Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro China....	31
03	Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro Índia.....	32
04	Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro Índia.....	33
05	Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro Rússia..	34
06	Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro Rússia...	35
07	Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro África do Sul.....	37
08	Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro África do Sul.....	38
09	Selo de lançamento do CBERS-4.....	52
10	Construção do CBERS-3.....	52
11	Satélite CBERS-3.....	53
12	Proporção dos gastos com Defesa do Mundo – 2015.....	55

LISTA DE TABELAS

01 Relação entre OND e ED..... 47
02 Relações do Brasil com os integrantes do BRICS..... 68

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**..... 12
1.1 O PROBLEMA..... 14
1.2 OBJETIVOS..... 15
1.2.1 **Objetivo Geral**..... 15
1.2.2 **Objetivos Específicos**..... 15
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO..... 15
1.4 VARIÁVEIS..... 16
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA..... 16
1.6 CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA..... 16
2 **REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO**..... 18
2.1 MOLDURA TEÓRICA..... 18
2.2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA..... 21
3 **POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL**..... 24
3.1 A FORMAÇÃO DOS BRICS..... 27
3.2 BRASIL E CHINA..... 30
3.3 BRASIL E ÍNDIA..... 31
3.4 BRASIL E RÚSSIA..... 33
3.5 BRASIL E ÁFRICA DO SUL..... 36
4 **POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL**..... 39
4.1 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA..... 39
4.2 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END)..... 43
4.3 LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL (LBDN)..... 48
5 **OS REFLEXOS DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO BRICS**.... 50
5.1 AS RELAÇÕES DO BRASIL COM A CHINA..... 50
5.2 AS RELAÇÕES DO BRASIL COM A ÍNDIA..... 56
5.3 AS RELAÇÕES DO BRASIL COM A RÚSSIA..... 58
5.4 AS RELAÇÕES DO BRASIL COM A ÁFRICA DO SUL..... 64
6 **CONCLUSÃO**..... 73
REFERÊNCIAS..... 77

1. INTRODUÇÃO

No pós-Guerra Fria, com o fim da disputa ideológica entre capitalismo e socialismo, observou-se o predomínio das questões econômicas, em que o grau de desenvolvimento econômico e social definiria os novos polos de poder.

Segundo Moreira (2010, p.267), a Ordem Internacional - arranjo geopolítico e econômico que regula as relações entre as nações do mundo num determinado momento histórico - deve ser estudada a fim de se entender as transformações em evolução no mundo.

O final do século XX e início do século XXI, no contexto da nova Ordem Internacional pós-Guerra Fria, assistiu a emergência de novos atores. Cabe destaque à China, país que teve o maior crescimento econômico mundial nas últimas décadas. Junto à China, o grupo se completa com Brasil, México, Índia, Coreia do Sul, os Tigres Asiáticos e a África do Sul. Estes países representam a expansão do sistema capitalista em seus diferentes modos e, cada vez mais, integram-se às cadeias de produção dos países desenvolvidos. Nesse viés, tais atores emergentes têm se articulado com o objetivo de contrabalancear as relações de poder, em um mundo agora multipolar.

Dentre os países citados, o presente estudo irá se concentrar no Brasil, China, Índia e África do Sul. Ademais, a Rússia, pelo seu protagonismo e influência no atual cenário internacional, também será analisada no contexto de suas relações com o Brasil.

O Brasil é um país de dimensões continentais, localizado no subcontinente sulamericano, possui a maior costa Atlântica do mundo (cerca de 7,4 mil Km de litoral); a quinta maior população do planeta, com cerca de 200 milhões de habitantes; e a maior floresta equatorial do mundo (BRASIL, 2012, p.13). De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil é a 9ª maior economia do mundo (dados de 2016). Em 2017, o PIB cresceu 1,0% em relação a 2016 e fechou o ano em R$ 6,6 trilhões[1].

Iniciou o século XXI com o objetivo de afirmar-se no cenário internacional, aproveitando-se do período próspero pelo qual o mundo passou neste período.

[1] Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br

Adota na sua política externa[2] os pressupostos do universalismo, buscando a diversificação das relações externas e aproveitando a concertação diplomática nos fóruns multilaterais para articular a defesa de seus interesses. Dado seu grande potencial, vem perseguindo o status de *global player and global trader*.

Dentre os diversos fóruns e Organizações de que o Brasil faz parte, cabe destacar a parceria no âmbito do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), grupo que reúne um PIB combinado de US$ 18,5 trilhões, 40% da população mundial e 25% da cobertura terrestre do planeta. O Brasil vem buscando consolidar sua posição de liderança na América do Sul, além de maior poder de decisão no sistema de governança global, de forma que o agrupamento BRICS tem tido papel importante neste propósito.

Verifica-se a influência política dos BRICS pela participação de Rússia e China como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Além, cada país integra diversas organizações do sistema internacional, como por exemplo: G-20, G-8, Comunidade Econômica Eurasiática (EurAsEC), Organização de Cooperação de Xangai, União Africana, Mercosul, entre outras. Neste ponto de vista, Lukov (2012) ressalta:

> The political influence of the BRICS is determined first of all by the participation of Russia and China as permanent members of the United Nations Security Council (UNSC). In addition, BRICS members are active participants of the leading international organizations and structures (the United Nations, the G20, the G8, the Non-Aligned Movement, the G77). They are also members of regional associations: Russia is a member of the Commonwealth of Independent States (CIS), the Collective Security Treaty Organization (CSTO), Eurasian Economic Community (EurAsEc); Russia and China are members of the Shanghai Cooperation Organization (SCO) and the Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC) forum; Brazil is a member of the Union of South American Nations (UNASUR) and Mercosur; South Africa is a member of the African Union (AU) and the South African Development Community (SADC); and India is a member of the South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC). (LUKOV, 2012)

A Política Externa do Brasil (PEB) e a Política Nacional de Defesa (PND) possuem vínculos evidentes e podem ser facilmente constatados. As duas políticas englobam estratégias, ações e objetivos comuns, tais como: a defesa dos interesses nacionais; a manutenção da soberania; a integridade territorial; a salvaguarda das

---

[2] **Princípios que regem as relações internacionais do Brasil**:
I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. (Art 4º da CF/1988)

instituições; a defesa dos recursos naturais; e a manutenção da infraestrutura crítica do País (AVILA, 2015, p.41).

A constituição dos BRICS e as potencialidades de seus integrantes se sobressaem. Todos os BRICS, com exceção do Brasil e da África do Sul, são potências nucleares, além de referências no setor aeroespacial. Junto com África do Sul, o Brasil integra a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), possuindo importante relação de parceria e cooperação na defesa desta importante área de seu entorno estratégico. Assim, as relações do Brasil no âmbito dos BRICS crescem de importância e se alinham à Defesa Nacional, levando em consideração as parcerias nos três setores prioritários da PND: o nuclear, o cibernético e o espacial.

Fruto da PND, a Estratégia Nacional de Defesa (END), lançada em 2012 e atualizada em 2016 pelo Ministério da Defesa, reforça a ligação entre a defesa e o desenvolvimento, ao citar que "...defendido, o Brasil terá como dizer não [...] Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento".

Outro importante documento de defesa, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), corrobora a ideia de integração entre defesa e desenvolvimento:

> "...a consolidação de estruturas de governança multilateral representativas da nova distribuição de poder mundial é um interesse do País que exige coordenação estreita entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece àquela salvaguardas, apoio e logística, imprescindíveis para a atuação do Brasil no cenário internacional". (BRASIL, 2016, p.27)

Diante disso, constata-se a ligação entre os documentos de Defesa e a Política Externa Brasileira. Ademais, as relações do Brasil com os demais integrantes do grupo BRICS se enquadram no escopo da PEB, com influências na PND.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do cenário anteriormente apresentado, este trabalho se propôs a estudar as diretrizes e orientações constantes na Política de Defesa Nacional e demais documentos de defesa (LBDN e END), as relações internacionais do Brasil com os países integrantes do grupo BRICS e, ainda, os reflexos dessas relações para a consecução dos Objetivos de defesa nacional constantes da PND.

Nesse contexto, cabe avaliar o grau de efetividade destas relações no alcance dos objetivos da PND. Em face do acima exposto, definiu-se o seguinte problema:

De que maneira a participação do Brasil no âmbito dos BRICS tem contribuído com a consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa, delineados pela PND?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

As relações internacionais do Brasil com os países integrantes do grupo BRICS trouxeram reflexos para a Política Nacional de Defesa? Ao responder esta pergunta, este trabalho encontra o seguinte objetivo geral:

Estudar a integração e a participação do Brasil no âmbito do grupo dos BRICS, bem como sua contribuição para os Objetivos Nacionais de Defesa previstos na PND.

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste trabalho, foram formulados alguns objetivos específicos a serem atingidos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo, os quais são elencados em seguida:

a. Caracterizar a Política Externa Brasileira e a formação dos BRICS

b. Apresentar as interações do Brasil com China, Rússia, Índia e África do Sul;

c. Apresentar a Política Nacional de Defesa;

d. Apresentar reflexões e contribuições para a PND, fruto das interações do Brasil com China, Rússia, Índia e África do Sul.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

De forma que Objetivo Geral e os Objetivos Específicos sejam alcançados e que o problema do trabalho seja resolvido ao término do mesmo, foram elaboradas as questões de estudo abaixo relacionadas, visando uma abordagem mais lógica do assunto em pauta:

a. Qual a relação entre a Política Nacional de Defesa e a Política Externa do Brasil?

b. Quais são os aspectos da Política Externa do Brasil no século XXI?

c. Como o grupo BRICS se formou?

d. Quais são os objetivos, diretrizes e orientações constantes dos

documentos de defesa?

e. Quais são as interações do Brasil com China, Rússia, Índia e África do Sul, bem como as possibilidades de interação, nos campos do poder nacional que impactam na PND?

1.4 VARIÁVEIS

Variável independente – As relações do Brasil no âmbito dos BRICS.

Definição constitutiva – *compreende as relações internacionais do Brasil com China, Rússia, Índia e África do Sul.*

Definição operacional – *sua análise será feita através das interações existentes nas cinco expressões do poder nacional.*

Variável dependente – o *grau de contribuição para a consecução dos OND delineados pela PND.*

Definição constitutiva – compreende a efetividade das relações internacionais do Brasil e suas implicações para a consecução dos OND previstos na PND.

Definição operacional – será *analisado conforme os benefícios verificados ao longo da pesquisa e que estejam alinhados com os objetivos de defesa nacional e orientações constantes da PND e END.*

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A delimitação da pesquisa estará focada nas relações bilaterais do Brasil com os países integrantes do BRICS, a partir de sua formação em 2009, abrangendo as cinco expressões do poder nacional, porém com ênfase nas expressões política, militar e científica e tecnológica, em face do maior direcionamento para a área de defesa. Aspectos relacionados às expressões econômica e psicossocial também serão abordadas, à medida que também contribuem para a projeção do poder nacional da nação e, consequentemente, para a Política Nacional de Defesa.

Os Objetivos Nacionais de Defesa serão analisados conjuntamente com as diretrizes constantes da PND, levando em consideração que estas norteiam a consecução daqueles. Além da PND, será levado em consideração, também, a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

1.6 CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

Nos últimos anos, muitos estudiosos e pesquisadores têm analisado a Política Externa do Brasil, suas correlações com a PND e com o desenvolvimento do poder nacional, porém sem associações a nenhum grupo de países em específico. Diante da lacuna observada e das crescentes relações multilaterais do Brasil com os demais integrantes do grupo BRICS (Rússia, China, Índia e África do Sul), foi verificada a importância de se estudar tais relações e seu potencial de contribuição para a Defesa Nacional. Assim, a importância deste trabalho está apoiada na estreita ligação da Política Externa do Brasil com a PND.

O Exército Brasileiro está em processo de transformação e vem aumentando suas capacidades, de forma a cumprir as diretrizes previstas na PND (2006) e END (2016). Considerando a assertiva acima e baseado no entendimento de que as relações do Brasil no âmbito dos BRICS se enquadram no escopo da PEB, constituindo forma de maior inserção e projeção do Brasil no cenário internacional e, consequentemente, maior desenvolvimento do poder nacional, este trabalho é relevante, à medida que contribui para o entendimento das relações do Brasil no fórum BRICS e sua relevância para o alcance dos objetivos da PND.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

2.1 MOLDURA TEÓRICA

A compreensão acerca da expressão Poder Nacional se reveste de importância para melhor entendimento do presente trabalho. Ao se abordar os países integrantes do BRICS e como estes se manifestam nas cinco expressões do Poder Nacional, será possível verificar suas potencialidades e, a partir daí, correlacionar com a área de Defesa.

> A Projeção do Poder Nacional pode decorrer naturalmente ou como resultado desejado de uma afirmação pacífica de presença no contexto internacional, sendo resultante de manifestações de todas as·Expressões do Poder Nacional, tais como projeção cultural, política, econômica, científica-tecnológica, militar e outras. (BRASIL, 2014, p.47)

Segundo o manual da Escola Superior de Guerra (ESG), a Nação, pacificamente, aumentará sua influência no cenário intenacional à medida que os recursos de todas as expressões do Poder Nacional gerarem manifestações nesse sentido.

Brasil (2014) define o Poder Nacional como a capacidade que tem o conjunto dos homens e dos meios que constituem a Nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, de alcançar e manter os objetivos nacionais. O poder nacional pode se manifestar em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica.

FIGURA 1: Expressões do Poder Nacional.
Fonte: Brasil (2014, p.3-1).

No livro “Políticas entre Nações”, Morgenthau definiu poder como a capacidade de influenciar o comportamento de outros de acordo com os seus objetivos e interesses. Valorizava a teoria realista para a compreensão da política internacional e defendia a ideia de que o poder seria limitado pela “balança de poder” e pelas relações de equilíbrios de poder. Afirmava que quando duas nações tentavam manter ou derrubar o status quo, necessariamente entravam em um balanço de poder, onde haveria diminuição do poder de uma das partes ou aumento do poder da parte mais fraca.

Seguindo esse raciocínio, pode-se entender ‘’poder’’ em termos de capacidade de um ator em exercer influência sobre outros dentro do sistema internacional, resultando em objetivo inerente da humanidade e dos Estados. No âmbito dos BRICS, em que pese a diversidade econômica, psicossocial e política de seus membros, verificam-se relações de cooperação, de interação econômica e o uso da diplomacia para defender os interesses mútuos.

Morgenthau (2003, p. 162) afirma que a política externa de uma nação corresponde sempre ao resultado de uma avaliação de como se encontram as relações de poder entre várias nações, em um certo momento da história, e de como as mesmas se desenvolverão provavelmente a curto e médio prazos.

Outro importante conceito é o de Estatura Política-Estratégica, definida como “o conjunto de seus atributos que são percebidos e reconhecidos pelas demais nações, e que definem o nível relativo de sua participação e influência no contexto internacional.” (BRASIL, 2014, p.49).

Ao longo do trabalho, em face do maior direcionamento para a área de defesa, as interações do Brasil com os BRICS, nas expressões política, militar e científico-tecnológica serão aquelas mais relevantes para os objetivos do presente trabalho, sendo a seguir, baseadas nos Manuais da Escola Superior de Guerra (ESG), descritas as cinco expressões do Poder Nacional.

Para a ESG, a **Expressão Política** é caracterizada pela interação e seus efeitos, no âmbito da sociedade nacional, entre instituições e grupos, os quais têm as funções de interpretar os interesses e aspirações do Povo, de forma a estabelecer os Objetivos Nacionais. (ESG, 2009b, p. 13). Ressalta os seguintes fundamentos:

- o povo: parcela da população que possui, em decorrência de vínculo direto com o Estado, condição básica para o exercício da cidadania;

- o território: constitui base não só do Poder do Estado, mas, em sentido mais amplo e remoto, do Poder da Nação-Estado; e

- as Instituições políticas: representam as manifestações essenciais do Povo, refletindo sua cultura e buscando estabelecer a unidade ante posturas divergentes.

> Possibilitadas pelo estágio de desenvolvimento cultural do Povo, as Instituições Políticas constituem complexos normativos que regulam não só a manifestação e a articulação das ideias e interesses políticos mas, ainda, o processo decisório nacional, em sua amplitude e forma. Regulam, pois, as formas de acesso ao Poder e a relação de Poder: a relação governante-governado. (ESG, 2009b, p. 17)

No tocante à **Expressão Econômica** do Poder Nacional, se caracteriza pelo acionamento dos meios predominantemente econômicos, através dos quais o homem busca, não só satisfazer as necessidades vitais, como também atender aos requisitos de bem-estar originados pelo evoluir constante da capacidade intelectual de que dispõe, tornando crescentes as suas necessidades e, portanto, a demanda por consumo de bens e serviços. Ademais, entre os aspectos mais característicos da Expressão Econômica, avulta a importância das inovações tecnológicas para a economia das nações, modificando processos de produção e alterando demandas por recursos naturais. (ESG,2009b, p. 38)

A **Expressão Militar** do Poder Nacional tem no emprego da força ou na possibilidade de usá-la, sua característica mais marcante. Manifesta-se, seja por efeito de desestimular possíveis ameaças, seja pela atuação violenta do Poder Nacional para neutralizá-las, que contribui para alcançar e manter os objetivos nacionais (ESG, 2009b, p. 69). Cita como fundamentos da Expressão Militar:

- os <u>recursos humanos</u>: mais precioso elemento, devendo ser visto tanto sob aspecto quantitativo como qualitativo.

- o <u>território</u>: base física de uma Nação e se projeta sobre o Mar Territorial e o Espaço Aéreo sobrejacente. A integridade territorial constitui encargo específico das Forças Armadas, sendo aspiração nacional de alta significação para todas as Nações; e

- as <u>Instituições Militares</u>: caracterizadas pelas Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), componente essencial da Expressão Militar.

Morgenthau (2003, p. 52) explica a expressão militar do Poder Nacional quando, após a situação de reforço ao poder político de uma nação diante da

potencialidade da ameaça de uma força armada no campo da política internacional e posterior eclosão da guerra, o poder político é substituído pelo poder militar.

Em relação à **expressão psicossocial**, a ESG cita como fundamentos a pessoa humana, o ambiente e as Instituições Sociais.

> Esta Expressão abrange pessoas, ideais, utopias, instituições, normas, estruturas, grupos, comunidades, recursos e organizações, integrados num vasto complexo orientado para o alcance de objetivos sociais valiosos, situados no seu campo de interesse, ou além, que podem satisfazer às necessidades, aos interesses e as aspirações da sociedade. (ESG, 2009b, p. 52)

A **expressão científica e tecnológica** é caracterizada como conjunto de atividades relacionadas à geração, à disseminação e a aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos. A capacitação nacional por meio dos homens e dos meios utilizados nessa área é um importante aspecto (ESG, 2009b, p. 85). O manual da ESG destaca os seguintes fundamentos:

- os recursos humanos: a necessidade de recursos humanos qualificados é condição essencial ao desenvolvimento e geração de conhecimentos científicos e tecnológicos;

> Atualmente, a informação e o conhecimento assumem dimensões relevantes e prioritárias em termos de poder, sendo que se caracteriza, de forma cada vez mais marcante, a **correlação entre a disponibilidade de Recursos Humanos educados e treinados e o desenvolvimento e poder das Nações**.(grifo nosso). (ESG , 2009b, p. 86)

- os recursos naturais e materiais: por meio da ciência e tecnologia, a descoberta, o conhecimento, a exploração, o aperfeiçoamento e o controle destes fortalecem o Poder Nacional; e

- as Instituições científicas e tecnológicas: canais próprios por meio dos quais a comunidade técnico- cientifica exerce suas atividades, colaborando para o fortalecimento do poder nacional.

2.2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA

2.2.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa foi do tipo qualitativa e bibliográfica. Iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica na literatura (livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, anais de congressos, internet, teses e dissertações) com dados pertinentes ao assunto, de modo a agregar maior conteúdo à pesquisa.

O delineamento de pesquisa contemplou as fases de levantamento e seleção

da bibliografia, coleta dos dados, crítica dos dados, leitura analítica, fichamento das fontes, coleta dos dados, crítica dos dados e consolidação das informações.

2.2.2 Coleta de dados

Nessa oportunidade foram levantados: os fundamentos, objetivos e orientações constantes nos documentos de Defesa (PND, END e LBDN); e os fundamentos e aspectos da Política Externa do Brasil, procurando relacioná-los com a Política Nacional de Defesa. Foram levantados também os antecedentes da formação do grupo BRICS. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de consultas junto às bibliotecas virtuais da ECEME, da ESG, da UFRJ, da FGV e do Google Acadêmico, bem como aos bancos de dados da Plataforma Lattes e do Portal da CAPES.

Prosseguindo na pesquisa bibliográfica, foram levantadas informações acerca das relações políticas, militares e científico/tecnológicas do Brasil com os demais integrantes do BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul). O objetivo principal foi o de levantar informações que tivessem ligação e favorecessem o alcance dos objetivos de defesa nacional previstos na PND, de forma total ou parcial.

As conclusões decorrentes do aprofundamento da pesquisa e da correlação das relações Brasil-BRICS permitiram apresentar reflexões a respeito das contribuições dessas relações para a PND.

2.2.3 Tratamento dos dados

O tratamento de dados foi realizado por meio da análise de conteúdo. Trata-se do estudo judicioso de textos e documentos, sendo uma técnica de análise de comunicações, associada tanto aos significados quanto aos significantes da mensagem.

Esta ferramenta é uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA,2009). Dessa forma, foram identificados os fundamentos, objetivos e orientações dos documentos de defesa; as interações políticas, militares e científico-tecnológicas do Brasil com Rússia, Índia, China e África do Sul; e os benefícios verificados ao longo da pesquisa que estejam alinhados aos objetivos de defesa nacional e orientações constantes da PND e END.

2.2.4 Limitações do método

Todo o método apresenta possibilidades e limitações. A pesquisa e o estudo sobre importantes atores emergentes na Nova Ordem Mundial e que formam um grupo de concertação diplomática e de cooperação em diversos setores denotam aspectos positivos, pois serão identificadas as potencialidades dessas interações.

Ao longo do trabalho, serão verificadas as interações do Brasil no âmbito dos BRICS nas cinco expressões do poder nacional, porém com ênfase nas expressões política, militar e científica e tecnológica. Tal ênfase explica-se pelo fato de repercutirem, de forma mais direta, nos aspectos relacionados à Defesa.

A metodologia empregada no presente trabalho primará pela simplicidade nas suas ações. A mesma será embasada pelos argumentos constantes das referências bibliográficas utilizadas, havendo o cuidado de serem utilizadas fontes confiáveis sobre o assunto.

3. POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL

Este capítulo tem a finalidade de descrever o arcabouço da Política Externa do Brasil, com o objetivo de melhor entendimento acerca das ações de política externa do País, dentre elas a formação de grupos/blocos multinacionais, como o BRICS.

A política externa pode ser entendida como uma política pública, compreendendo as medidas, decisões e programas, em um contexto de relações bilaterais ou multilaterais, onde Estados traçam objetivos que satisfaçam suas necessidades.

> "A natureza da política externa é dual. Ela obedece à articulação entre o interesse nacional e as perspectivas no âmbito internacional. Trata-se, portanto, da defesa externa de anseios domésticos. Assim, a tarefa do Ministério das Relações Exteriores como executor da política externa brasileira é buscar fazer prevalecer os interesses específicos da nossa sociedade, por meio do diálogo e da cooperação com os demais países." (BARROS, 1998)

Pinheiro (2004) definiu política externa como conjunto de ações e decisões de um ator, geralmente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos (Organizações Internacionais ou atores transnacionais), formulada a partir de oportunidades e demandas de origem doméstica e/ou internacional.

Da análise de Mintz e DeRouen Jr (2010), Jacobsen (2016) afirma que o processo decisório sobre política externa se refere às escolhas que indivíduos, grupos e coalizões no interior dos governos fazem de modo a afetar a ação dos Estados na arena internacional. Destaca os riscos e incertezas que cercam os governos por ocasião das escolhas destas ações.

A Constituição Federal de 1988, em seu no seu Art. 4º: define os princípios que regem as relações internacionais do Brasil:

> I - independência nacional;
> II - prevalência dos direitos humanos;
> III - autodeterminação dos povos;
> IV - não intervenção;
> V – igualdade entre os Estados;
> VI - defesa da paz;
> VII - solução pacífica dos conflitos;
> VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
> IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
> X - concessão de asilo político.

Assim, a PEB foi conduzida, ao longo de sua história, com base nos princípios da coerência, adaptabilidade e flexibilidade (conforme a conjuntura vigente); e o universalismo (ÁVILA, 2015, p.19). De Lima (2015) faz a análise da PEB no transcurso de sua história, afirmando que o Brasil obteve o "respeito da comunidade

internacional pela busca da solução de problemas externos sem o uso da força". No entanto, confirmando as ideias de Alsina Jr (2009), apesar da condição de "Potência Pacífica", o país deve possuir poder militar compatível para a condução de uma Política Externa coerente com as pretensões nacionais.

Nesta linha de raciocínio, o LBDN cita os novos desafios decorrentes da nova ordem multipolar:

> "O sistema internacional contemporâneo, marcado pelo esgotamento da ordem que caracterizou o imediato pós-Guerra Fria, tem-se distinguido pelo acelerado processo de reestruturação das relações de poder entre os Estados. O advento de uma ordem multipolar, caracterizada pela coexistência de potências tradicionais e potências emergentes, traz consigo novas oportunidades e **novos desafios às nações no plano da defesa**. Embora o diálogo, a cooperação, a ênfase no multilateralismo e o respeito ao direito internacional continuem a ser atributos importantes e desejáveis para o cenário internacional, a recomposição do sistema em base multipolar não é, por si só, suficiente para garantir que, no atual quadro de transição, prevaleçam relações não conflituosas entre os Estados" (BRASIL, 2012)

O mesmo documento caracteriza a multipolaridade da seguinte forma:

> "...representa a estrutura de poder que provavelmente caracterizará o ambiente estratégico nas próximas décadas. A estrutura multipolar expressa a coexistência de diversos polos de poder interagindo no sistema internacional, cada qual influenciando a ação do outro. O equilíbrio de poder dificulta a influência preponderante por parte de forças com pretensões hegemônicas (LBDN, 2012, p.34).

Neste contexto multipolar e diante do complexo sistema internacional, com o objetivo de resistir a pressões de forças hegemônicas políticas e econômicas externas, a PEB persegue o desenvolvimento de uma rede de relacionamentos mais ampla intra e extra-hemisférica, baseada nos seus interesses e aspirações, comportando-se o Brasil como negociador global. (PEREIRA, 2010). Remete-se, assim, ao termo "*global trader and global player*" utilizado na introdução.

Nascimento (2010) afirma que a complexidade do sistema internacional faz com que a condução da política externa seja rigidamente balizada pelos interesses nacionais. Destaca também o pensamento do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, acerca do ambiente desigual da política internacional e do fato de a disponibilidade de recursos de poder ser o único meio para o Estado atingir seus objetivos, resumindo que a **política exterior está vinculada, em uma inter-relação ativa, com a política de defesa nacional** (grifo nosso) e com a estratégia geral de desenvolvimento econômico e político.

> [...] todos os movimentos que conduzem a uma maior dinamização da agenda internacional do país provam a importância do multilateralismo como instrumento peculiar de inserção internacional do Brasil, pois os

> fóruns multilaterais se apresentam como espaços diplomáticos privilegiados para países carentes de excedentes de poder15 articularem a defesa de seus interesses. (NASCIMENTO, 2010, p.5)

Percebe-se, assim, a importância da conjugação da política exterior com a política de defesa, ratificando o contido na Estratégia Nacional de Defesa sobre a interdependência entre defesa e desenvolvimento. Assim, é essencial a estruturação da Defesa Nacional compatibilizada com a situação política-estratégica do país, a fim de preservar a soberania e os interesses nacionais.

No Brasil, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) é a principal instituição do governo federal para pensar e estabelecer a política externa. O Brasil é uma das poucas nações que possuem relações diplomáticas com todos os países do globo, fazendo-se presente em discussões de temas e questões relevantes no mundo. Pode-se afirmar, assim, que o Brasil tem forte tradição diplomática e é reconhecido internacionalmente por isso.

Anastasia e Oliveira (2015, p.35), destacam a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na estrutura do MRE, cujas “atribuições são negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica acordados entre Brasil e outros países e organismos internacionais”. Assim, a política externa do MRE e as prioridades nacionais de desenvolvimento, definidas nos planos e programas setoriais de governo, orientam a missão da ABC.

Cita ainda que a “cooperação internacional é entendida como um fenômeno eminentemente político que se refere às interações mutuamente acordadas entre dois ou mais atores no ambiente internacional...” (ANASTASIA; OLIVEIRA, 2015, p.63).

Dentre as ações de política externa do Brasil estão as visitas oficiais, os encontros de Ministros, os acordos bilaterais ou multilaterais, as instalações e representações do Brasil no exterior, a participação em organizações internacionais, a formação de blocos e a participação em missões de paz.

Nesse viés, o Brasil se articula com outras potências, de forma a mostrar unidade ante as potências estabelecidas a fim de maior projeção internacional e poder de decisão global, atribuindo às relações multilaterais importante papel a fim de se alcançar tal propósito. Reforça a dimensão horizontal de sua Política Externa, representada pelas parcerias com as nações emergentes, por suas semelhanças

como grandes Estados periféricos e países em desenvolvimento como Índia, China, África do Sul e Rússia, que formaram o grupo BRICS e será abordado a seguir.

3.1 A FORMAÇÃO DOS BRICS

Anteriormente à articulação dos integrantes dos BRICS, cabe ressaltar que a palavra BRIC foi criada em 2001, pelo economista Jim O'Neill, chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs, para designar, no relatório "*Building Better Global Economic Brics*"[3], os quatro principais países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China. Assim, Fonseca Jr (2013, p.76) comenta que "Na concepção original de Jim O'Neill, apenas dois componentes identificavam os BRICS: dimensão da economia e taxas de crescimento".

A conclusão do relatório apontou que, até 2050, esse grupo de países iria superar a economia dos países do G-6, além da tendência de aumentar sua influência política e militar sobre o resto do mundo. O fato é que os BRICS concentram 40% da população mundial e um PIB de mais de 85 trilhões de dólares (Nota de aula ECEME)

Brasil, Índia e África do Sul reforçaram seus laços de parceria e cooperação, quando em 6 de junho de 2003, mediante a "Declaração de Brasília", estabeleceram o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). A aproximação dos três países se justificava pelo fato de serem "potências intermediárias, com forte influência sem suas respectivas regiões, democracias consolidadas e economias em ascensão e que, devido às desigualdades internas, confrontam desafios comuns de desenvolvimento" (MOREIRA, p. 275). Era o embrião dos laços de parceria entre os atuais integrantes do grupo BRICS.

Até 2006, os BRICs não estavam reunidos em mecanismo que permitisse a articulação entre eles. A partir da Reunião de Chanceleres dos quatro países organizada à margem da 61ª. Assembleia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro de 2006, Brasil, Rússia, Índia e China começassem a trabalhar coletivamente. Segundo o site do Ministério das Relações Exteriores (MRE)," desde a primeira reunião, realizada em 18 de maio de 2008, na Rússia, o BRIC passou a constituir uma nova entidade político-diplomático**,** expandindo significativamente

[3] Relatório com estimativas de evolução dos mercados, da produção e da demografia na ordem econômica mundial. Baseado em uma série de dados (PIB, taxa de crescimento econômico, renda per capta, tamanho da população, participação no consume global e movimentação financeira) (MOREIRA, p.282)

suas atividades no âmbito da coordenação política, da cooperação econômico-financeira e da cooperação multissetorial". Somente em 2011 a África do Sul se juntou ao agrupamento, formando os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Leão (2013)[4] ressaltou a inexistência de afinidades no grupo BRICS e, na tentativa de buscar os elementos que favoreciam sua identidade, sugeriu a "existência de um denominador comum, que se compõe, por um lado, da tomada de consciência, por cada um dos quatro, do potencial que o conjunto reunia (a *self-fulfilling prophecy* que se origina no achado não intencional de O'Neill) e, por outro, de uma afinidade, percebida mais que explicitada, na leitura crítica da distribuição de poder nos sistemas de governança global". (FONSECA JR, 2013, p.77)

É inegável o peso e a força desse agrupamento de países, onde cada país, com suas realizações inegáveis em diversos campos, podem cooperar em setores variados. Gelson Fonseca Jr [5] destaca a atenção a que os cinco países merecem dos analistas e dos meios de comunicação, bem como o papel que cada um dos países já desempenhava na geração de novos paradigmas de ordem no pós-Guerra Fria.

> ...a China é hoje um dos motores da economia internacional; a Rússia tem peso próprio em matéria de segurança, dada a dimensão de seu arsenal nuclear e relevância no mercado de energia; a Índia vale pelo peso demográfico e pela influência regional, além de ser a maior democracia "real" do mundo; a África do Sul é ator estratégico em uma área crescentemente importante como produtora de commodities; e o Brasil é ator fundamental em negociações sobre desenvolvimento sustentável ou comércio. É impossível imaginar que algum regime internacional, seja na área da segurança, da economia ou dos valores, se articule e se consolide sem que deles os BRICS participem ativamente. Como disse Andrew Hurrell, "[...] são países [...] com alguma capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos globais ou regionais" (FONSECA JR, 2013, p.24)

Vadim Lukov (2012), coordenador do Ministério das Relações Exteriores da Rússia para Assuntos BRICS, ressaltou as relações multilaterais desse grupo formado pelas cinco maiores economias emergentes:

---

[4] Valdemar Carneiro Leão: Diplomata brasileiro. Graduou-se em Relações Internacionais pelo Institut d'Etudes Politiques (Sciences-Po), da Universidade de Paris (1967).

[5] Gelson Fonseca Jr: Diplomata de carreira. Foi Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão – Funag (1992-1995), Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas (1999-2003), Embaixador em Santiago (2003-2006) e Cônsul-Geral em Madri (2006-2009). É autor de A legitimidade e outras questões internacionais (Paz e Terra, 1998), O interesse e a regra: ensaios sobre o multilateralismo (Paz e Terra, 2008) e diversos artigos sobre política externa brasileira e relações internacionais.

> "This group of five major economies reflects an objective trend of global governance towards a multipolar international relations system and the strengthening of economic interdependence. Within the framework of this system, non-institutional structures of global governance and network diplomacy are resorted to more and more widely ".(LUKOV, 2012)

Alguns estudos tentam explicar as razões que motivaram a formação do grupo, como Hurrell, ao afirmar que as instituições multilaterais, em que pese a dificuldade para a criação de uma identidade comum, possibilitavam visibilidade e voz que permitia aos países fracos tornar públicos seus interesses e angariar apoios. (FONSECA JR, p.37). Diversos outros analistas e estudiosos debatem o futuro do grupo; o contraste entre o *Soft Power* de Brasil e África do Sul, o *Hard Power* de China e Rússia e um meio termo da Índia (tendendo mais ao Hard Power).

Em seminário realizado no dia 6 de dezembro de 2011, na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), conduzido pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) [6] debateu-se os objetivos, a agenda, as possibilidades e os limites do grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Este evento contou com participação de altos funcionários do Itamaraty, profissionais envolvidos com as Relações Internacionais e acadêmicos. Seguiram-se outros dois debates no ano de 2012, evidenciando a preocupação da sociedade com o futuro dos BRICS e o que esperar dessas relações.

No âmbito dos BRICS, não existe uma unidade monetária comum. Cada país possui sua própria moeda: Brasil (real), China (yuan), Índia (rupia), Rússia (rublo) e África do Sul, com o rand.

Em 2013, os BRICS aprovaram a criação de um banco conjunto para desenvolvimento, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), e de um fundo de Contingência para Crises no valor de U$ 100 bilhões, com a finalidade de investimentos em projetos de infraestruturas. Assim, são uma alternativa ao FMI e Banco Mundial, com o objetivo de promover crescimento e desenvolvimento principalmente em países periféricos, além de maior influência na ordem econômica e financeira internacional.

Diante do exposto, as relações do Brasil com os demais integrantes do BRICS enquadram-se no conceito abrangente da multipolaridade característica da Política

---

[6] Instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira. (FONSECA JR, 2013).

Externa brasileira e, devido a sua correlação com a PND, trazem reflexos que serão abordados no Cap 5 do presente trabalho.

Por ora, as relações em pauta serão abordadas no seu sentido mais amplo e nas expressões que não tem tanto impacto nos assuntos relacionados à defesa, como, por exemplo, nas expressões econômica e psicossocial.

3.2 BRASIL E CHINA

A China é o maior país da Ásia Oriental, terceiro maior em área territorial mundial e o mais populoso do mundo, com mais de 1,38 bilhão de habitantes (quase um quinto da população da Terra). A transformação ocorrida na China em 1978, impulsionada pela ascensão de Deng Xiaoping, que formulou a concepção do novo modelo chinês de desenvolvimento conhecido como “teoria Deng Xiaoping do socialismo com peculiaridade chinesa”, proporcionou as condições necessárias para o crescimento e desenvolvimento chinês (CABRAL, 2000, p.25).

No início deste século, em 2001, foi aceita na Organização Mundial do Comércio (OMC). A trajetória ascendente da China, país que tem a segunda maior economia e que é líder mundial de exportações, confirma a emergência de novo pólo de poder. Fatores internos como estabilidade política, grandes reservas em moeda estrangeira (uma das maiores do mundo) e o mercado interno com grande potencial de crescimento, fazem com que a China seja atualmente um dos melhores locais do mundo para investimentos estrangeiros. Nesse viés, o gigante asiático tem intensificado e seu ativismo diplomático na escala global, liderando a constituição de Instituições paralelas, formadas por países em desenvolvimento, como o BRICS, com o objetivo de equilibrar a ordem mundial.

Atualmente, a China é a principal parceira comercial do Brasil, ocupando o primeiro lugar no ranking das exportações e importações. No ano de 2017, 21,8% do total das exportações brasileiras tiveram como destino a China, grande parte (86,5%) de produtos básicos, principalmente soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo; e 18,1% do total importado pelo Brasil teve como origem a China, sendo 97,3% de produtos manufaturados. (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços[7]).

[7] Disponível em http://www.mdic.gov.br/

Além disso, a China ocupa posição de destaque nos Investimentos Externos Diretos (IED), em setores como energia, siderurgia, mineração e petróleo.

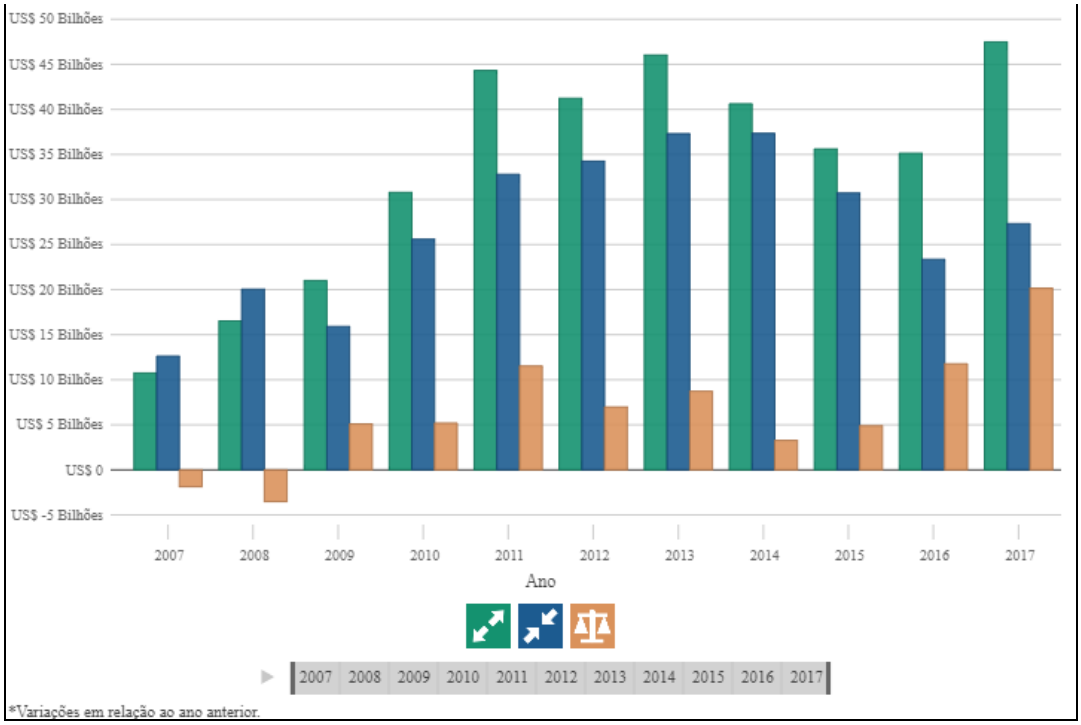

Figura 2: Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro China
Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior

Observa-se que desde 2009, impulsionado principalmente pela venda de commodities, a balança comercial tem sido favorável para o Brasil, com superávit de mais de 20 bilhões de dólares no ano de 2017.

> A corrente de comércio Brasil-China ampliou-se de forma marcante entre 2001 e 2015 – passando de US$ 3,2 bilhões para US$ 66,3 bilhões. Em 2009, a China passou a figurar não apenas como maior mercado comprador das exportações brasileiras, mas também como principal parceiro comercial do Brasil, pelo critério do fluxo de comércio. Em 2012, a China tornou-se também o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil (site MRE)

3.3 BRASIL E ÍNDIA

A Índia, localizada na Ásia Meridional, é a maior democracia, o segundo país mais populoso, com um total estimado de mais de 1,2 bilhão de habitantes. Além disso, possui o terceiro maior contingente militar global e a quarta maior economia do planeta, sendo um global player de peso no comércio mundial (VISENTINI, 2013, p.77). Vem emergindo como um pivô importante no cenário geopolítico da Ásia. Projeções da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico) apontam que a taxa de crescimento do país irá ultrapassar a da China até o final desta década e que seu PIB *per capita* irá aumentar em oito vezes, próximo ao meio do século, o que poderá levar a Índia a ser vista como a nova potência econômica mundial.

Grande parte do crescimento econômico observado na Índia se deve ao sucesso alcançado pela área de tecnologia, que é responsável por cerca de 25% das exportações indianas. Em 2000, com a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), empresas passaram a ser beneficiadas por condições especiais, o que contribuiu para a política de exportações e para a atração de investimento externo, fazendo com que em 2009 o país alcançasse a 15ª posição mundial como destino de investimentos diretos estrangeiros. (VISENTINI, 2013, p.102).

Na área de comércio exterior, no ano de 2017, a Índia aparece entre os dez destinos das exportações brasileiras (8ª posição), composta principalmente de óleos brutos de petróleo (32%), açúcar de cana (20%), minérios de cobre (10%) e óleo de soja (8,1%), ou seja, produtos básicos e semimanufaturados.

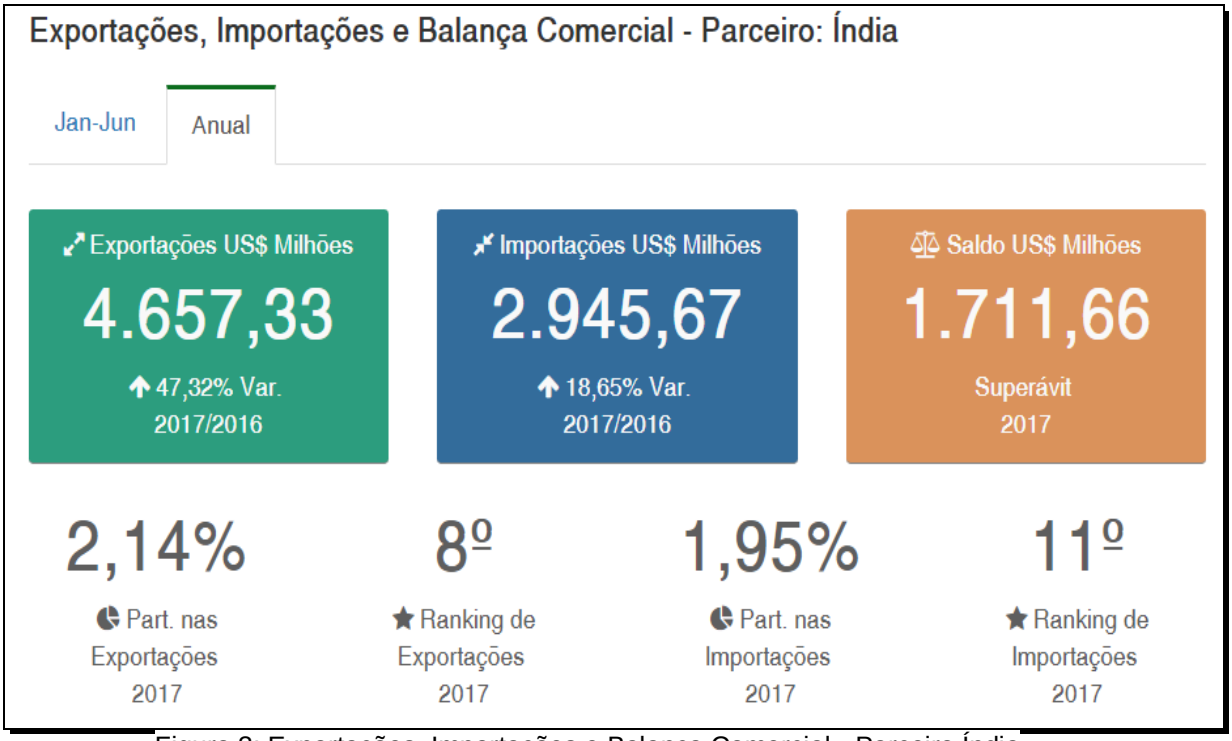

Figura 3: Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro Índia
Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior

Com relação à balança comercial, a partir de 2016 verificou-se crescimento das exportações brasileiras, com saldo positivo nas relações comerciais.

Figura 4: Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro Índia
Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior

3.4 BRASIL E RÚSSIA

A Rússia é a nação de maior extensão territorial do mundo, com mais de dezessete milhões de quilômetros quadrados. Possui grande potencial energético, sendo um dos líderes mundiais na produção de petróleo, gás natural e carvão. Desde o final da Guerra Fria (1991) e a ascensão de Vladimir Putin, em 2000, passou por uma série de reformas internas para revitalizar a economia e adotou estratégias ousadas para redefinir seu papel no cenário mundial. (ATUALIDADES 2017, 2º Semestre, p.40)

O Brasil é o principal parceiro comercial da Rússia na América Latina. O país exporta principalmente carne bovina, suína e de frango, além do açúcar e da soja triturada.

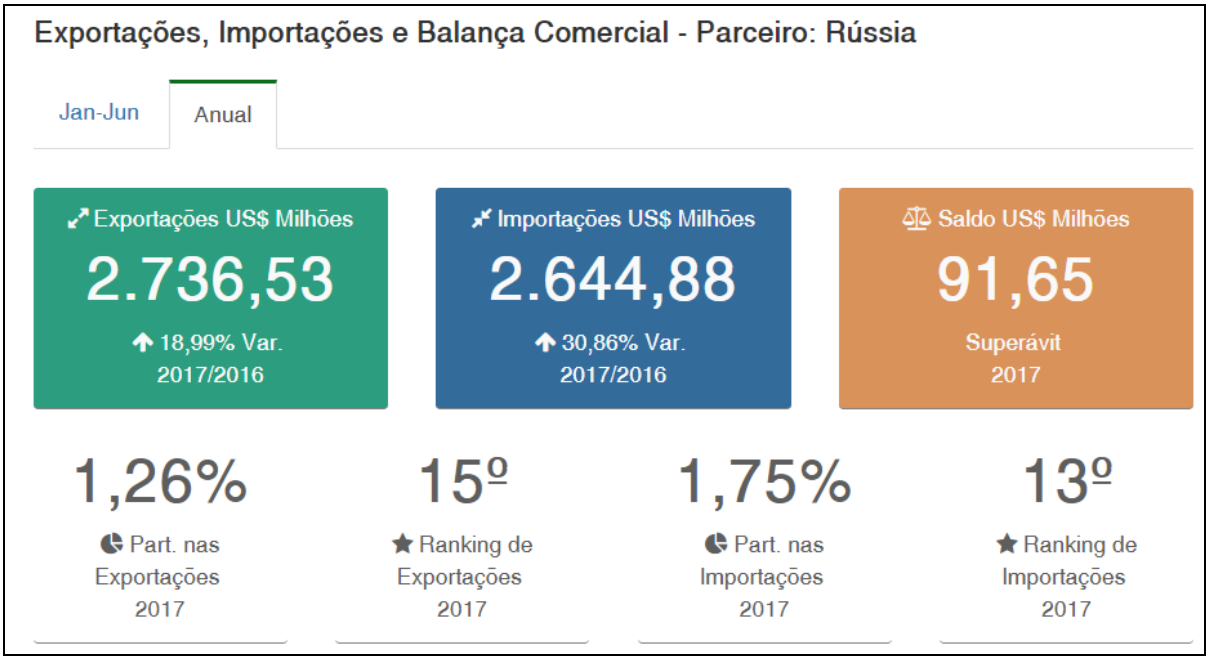

Figura 5: Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro Rússia
Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior

Na área de comércio exterior, no ano de 2017, a Rússia apareceu na 15ª posição entre os principais destinos das exportações brasileiras, composta principalmente de produtos básicos (71,5%): carne de suíno, de bovino e de frango; soja e café em grão; além de produtos manufaturados e semimanufaturados, como tratores, café solúvel e açúcar de cana. Verifica-se, assim, a significativa a importância do setor agropecuário na pauta comercial bilateral.

Referente às importações brasileiras, em 2017, 87,7% foram produtos manufaturados e semimanufaturados, como laminados de ferro/aço, insumos e equipamentos da área de energia (nuclear e fóssil) aeroespacial, tecnologia de ponta, química e fertilizantes. (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços[8])

[8] Disponível em http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior

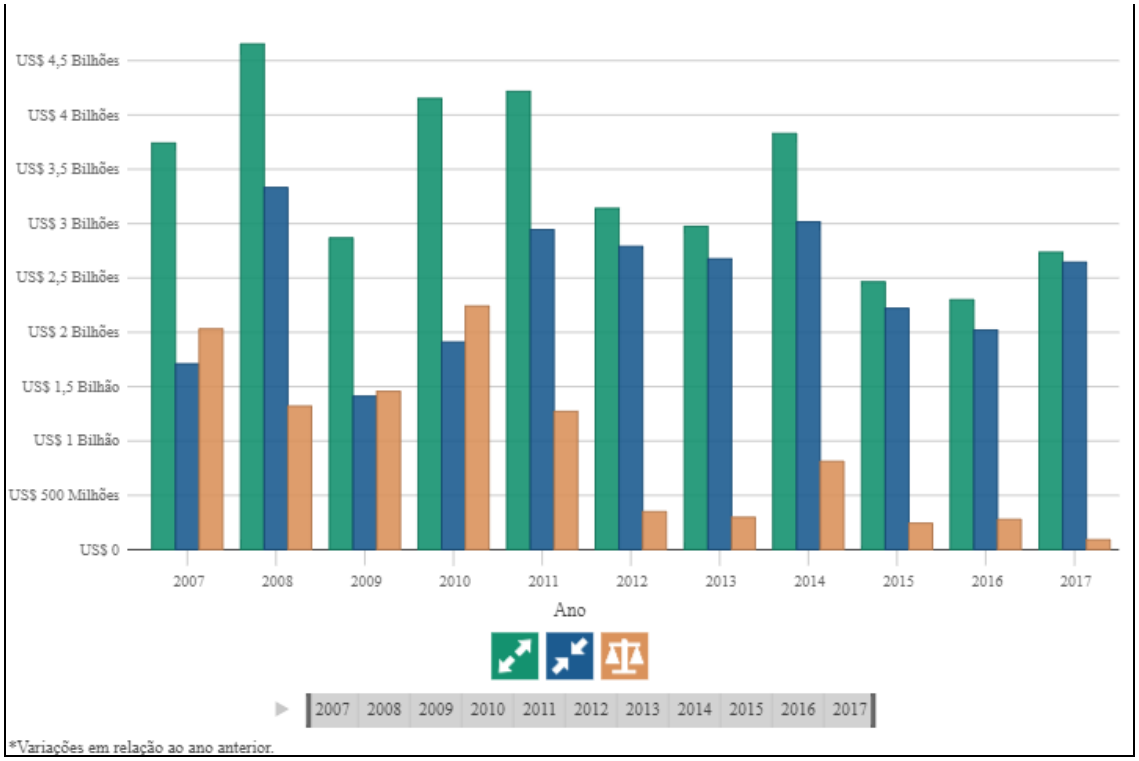

Figura 6: Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro Rússia
Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior

Das figuras acima, verifica-se uma discreta participação russa no ranking das exportações e importações brasileiras. Da mesma forma verifica-se que, desde o ano de 2015, as exportações e importações brasileiras estão equiparadas, acarretando balança comercial com modesto superávit.

Durante a visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil, em julho de 2014, medidas para aumentar o comércio bilateral foram discutidas e acordadas no Plano de Ação da Cooperação Econômica e Comercial entre os dois países (www.itamaraty.gov.br)

Em 16 de setembro de 2015, o então Vice-Presidente, Michel Temer, por ocasião da Abertura da VII Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação, em Moscou, destacou o caminho a ser percorrido para que o comércio entre Brasil e Rússia alcance o seu potencial pleno e o incentivo à aproximação entre empresários brasileiros e russos para novas oportunidades de comércio, investimentos diversificação das pautas de importação e exportação. Na mesma ocasião, mencionou o necessário impulso “à implementação das medidas previstas no Plano

de Ação da Cooperação Econômica e Comercial entre o Brasil e a Rússia, firmado durante a visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil, em julho de 2014".

> A consolidação da Parceria Estratégica entre Brasil e Rússia constitui alta prioridade da política externa brasileira. Considero que elemento-chave dessa parceria é a Aliança Tecnológica, noção formulada em 2004, que deve pautar a cooperação em educação, ciência, tecnologia e inovação. O objetivo é diversificar as respectivas matrizes econômicas e aprimorar a capacitação de profissionais dos lados brasileiro e russo.
>
> Singularizo o potencial da cooperação bilateral na área espacial e entre centros de tecnologia. Deve-se determinar às Pastas de Ciência e Tecnologia que avancem na operacionalização de projetos de cooperação nessas áreas. (Ministério das Relações Exteriores[9])

No encontro, ressaltou-se o interesse do Brasil em atrair empresas russas para investimentos de modernização de infraestruturas (ferrovias, portos e aeroportos), no contexto do Programa de Investimentos em Logística, lançado pelo Governo Federal em 2012.

No âmbito cultural, o Brasil sedia a única escola do renomado Teatro Bolshoi fora do território russo, na cidade de Joinville-SC, fundada em 2000.

No campo do turismo, dados do Ministério do Turismo mostraram que o número de turistas russos no Brasil subiu de 13 mil, em 2008, para quase 24 mil, em 2016. Aliado ao fato de a Rússia estar entre os dez países emissores de turistas mais importantes do mundo e com o objetivo de promover, divulgar e aumentar ainda mais o fluxo de turistas, em setembro de 2017 o Ministério do Turismo, por meio da Embratur (Instituto Brasileiro do Turismo), instalou em Moscou um Escritório Brasileiro de Turismo (EBT) (Ministério do Turismo[10])

3.5 BRASIL E ÁFRICA DO SUL

A África do Sul, localizada no extremo sul do continente africano, possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) da África, além de moderna atividade industrial e mineral. Domina as relações comerciais em seu continente e possui um amplo setor financeiro.

A proximidade geográfica, afinidades étnicas, a defesa de interesses comuns nos dois lados do Atlântico Sul, a necessidade de impulso à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a necessidade de salvaguardar a costa

---

[9] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/
[10] Disponível em http://www.embratur.gov.br/

brasileira conferem à África do Sul importante aliado do Brasil em sua Política Externa e de Defesa.

Entre os anos 1970 e o final dos anos 1980, houve congelamento das relações bilaterais entre Brasil e África do Sul, que só evoluiu para uma relação de aproximação com o fim do regime do Apartheid e a consolidação da democracia no país africano. Desde então, "..., a partir da instauração da Nova África do Sul, em 1994, foi possível ao Brasil e as demais potências capitalistas livrarem-se da hipocrisia de condenar o regime racista nos fóruns internacionais e manterem vínculos econômicos com o país." (PEREIRA, 2007, p.150)

Na área de comércio exterior, no ano de 2017, a África do Sul apareceu na 36ª posição entre os principais destinos das exportações brasileiras, composta por:

- 64% de produtos manufaturados (açúcar refinado, tratores, veículos de carga, aviões e motores para veículos automóveis);

- 24,2% de produtos básicos (carne de frango, de suíno e de peru, minério de ferro e café cru em grão); e

- 11% de produtos semimanufaturados (zinco, ferro-ligas, açúcar de cana e celulose).

Cabe ressaltar a venda de ônibus e caminhões, setor crescente no comércio bilateral entre os dois países.

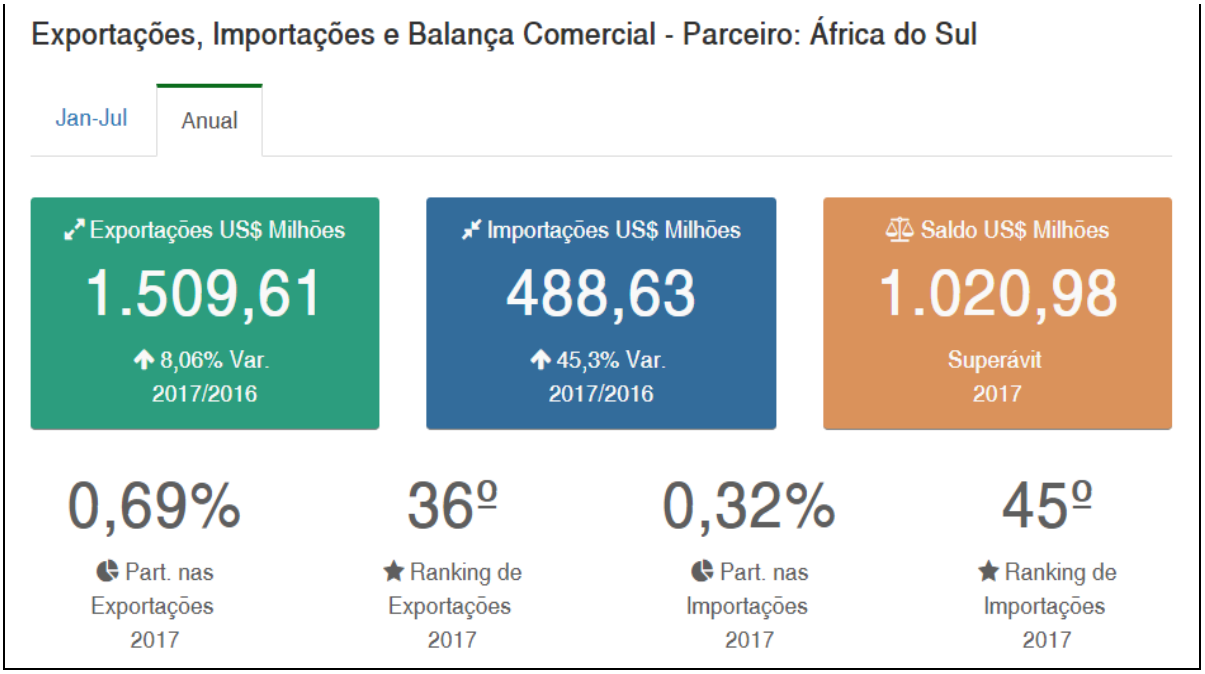

Figura 7: Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro África do Sul
Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior

No gráfico abaixo, observa-se que desde 2007, a balança comercial tem sido favorável para o Brasil, com superávit de mais de 1 bilhão de dólares no ano de 2017.

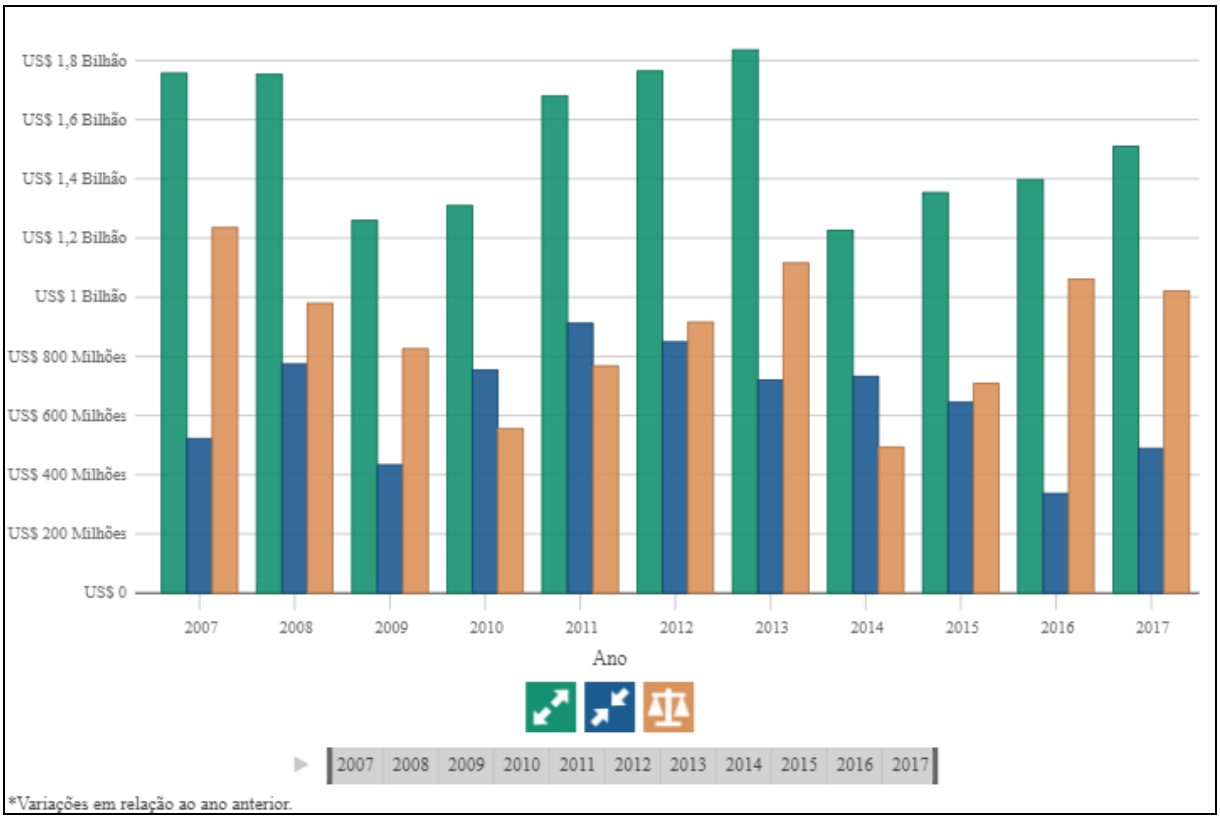

Figura 8: Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro África do Sul
Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior

No setor energético, o domínio sul-africano em matéria de liquefação de carvão e gás natural e a experiência brasileira em biocombustíveis facilitam a cooperação e a busca de alternativas energéticas limpas e renováveis.

4. POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL

Não há como se falar em Defesa sem citar e compreender os documentos de defesa. A PND, a END e o LBDN baseiam-se nos princípios constitucionais e estão alinhados às aspirações e aos objetivos nacionais fundamentais do Estado Brasileiro. Desta forma, neste capítulo serão apresentados os documentos de defesa, suas orientações, objetivos e diretrizes, de forma a facilitar suas correlações com as relações do Brasil no âmbito do BRICS.

4.1 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

A concepção da estrutura de Defesa do País vem sendo aperfeiçoada ao longo do tempo. Em 1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada a Política de Defesa Nacional, primeira iniciativa de orientação de esforços a fim de garantir a soberania do País e a consecução dos objetivos nacionais. Foi atualizada em 2005 e, em 2012, após nova atualização, passou a ser denominada Política Nacional de Defesa (PND). Fruto das Leis Complementares nº 97, de 9 de junho de 1999, e nº 136, de 25 de agosto de 2010, visando à adequação às novas circunstâncias, nacionais e internacionais, a PND passou pelo seu terceiro processo de atualização e teve sua última versão aprovada no ano de 2016.

Atualmente, é o documento de mais alto nível do Estado brasileiro para o planejamento de defesa e tem por finalidade “harmonizar as iniciativas de todas as expressões do Poder Nacional intervenientes com o tema, visando melhor aproveitar as potencialidades e as capacidades do País” (BRASIL, 2016, p.4).

Assim, a Defesa Nacional é caracterizada na PND como o “conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (BRASIL, 2016, p.5).

Outra importante definição, além de estado almejado pela PND, é a Segurança Nacional, “entendida como a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais”.

Desta forma, a PND pode ser entendida como um conjunto de pressupostos que orientam as ações de defesa de um país, contribuindo para a projeção do Poder Nacional[11] do país.

A PND considera que o entorno estratégico do Brasil extrapola a massa do subcontinente sulamericano e inclui a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países lindeiros da África. Desta forma, o país busca irradiar sua influência e liderança diplomática, econômica e militar, na América do Sul, na África Subsaariana, na Antártida e na Bacia do Atlântico Sul (BRASIL, 2005).

Considerando o entorno estratégico definido, as relações entre Brasil e África do Sul adquirem importância, pois ambos países se ligam através da via marítima do Atlântico Sul, o que reforça, no âmbito da PEB, a importância das relações bilaterais, notadamente no campo da segurança e da defesa.

Na descrição do ambiente internacional, alinhado ao entorno estratégico do país, salienta que:

> Por outro lado, a América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e a África ocidental detêm significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá intensificar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas, com eventual militarização do Atlântico Sul, área cuja consolidação como Zona de Paz e Cooperação revela-se fundamental para resguardá-la da interferência de interesses não legítimos. ”(BRASIL, 2016, p.10).

Diante da estatura político-estratégico para preservar a soberania e os interesses nacionais, a PND elege os seguintes Objetivos Nacionais de Defesa (OND):

I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;

II. Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.

III. Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior.

IV. Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais.

V. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.

---

[11] Poder Nacional: capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica. (BRASIL, 2016, p.5)

VI. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

VII. Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa.

VIII. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.

No tocante à concepção política de defesa, a PND define que a paz e a estabilidade requerem ações integradas e coordenadas nas esferas do desenvolvimento, da diplomacia e da defesa, sendo estes os três pilares a serem explorados com o objetivo de garantir a Segurança e a Defesa nacionais (BRASIL, 2016, p.11)

O Brasil concebe sua Defesa Nacional levando em consideração os seguintes posicionamentos:

> I. privilegiar a solução pacífica das controvérsias;
>
> II. apoiar o multilateralismo no âmbito das relações internacionais;
>
> III. atuar sob a égide de organismos internacionais, visando à legitimidade e ao respaldo jurídico internacional, e conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais;
>
> IV. repudiar qualquer intervenção na soberania dos Estados e defender que qualquer ação nesse sentido seja realizada de acordo com os ditames do ordenamento jurídico internacional;
>
> V. participar de organismos internacionais, projetando cada vez mais o País no concerto das nações;
>
> VI. participar de operações internacionais, visando contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos;
>
> VII. apoiar as iniciativas para a eliminação total de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, nos termos do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, ressalvando o direito ao uso da tecnologia para fins pacíficos;
>
> VIII. sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins;
>
> IX. promover o intercâmbio com países de maior interesse estratégico no campo de defesa;
>
> X. defender o uso sustentável dos recursos ambientais, respeitando a soberania dos Estados;
>
> XI. promover maior integração da região amazônica brasileira;
>
> XII. buscar a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação;
>
> XIII. defender a exploração da Antártica somente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade;
>
> XIV. manter as Forças Armadas adequadamente preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e prover a adequada capacidade de dissuasão;
>
> XV. buscar a regularidade orçamentária para o Setor de Defesa, adequada ao pleno cumprimento de suas missões constitucionais e à continuidade dos projetos de Defesa;

> XVI. priorizar os investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação relativos a produtos de defesa de aplicação dual, visando à autonomia tecnológica do País;
>
> XVII. promover a participação da mobilização nacional (recursos humanos, capacidade industrial e infraestrutura instaladas) na Defesa Nacional; e
>
> XVIII. estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos. (BRASIL, 2016)

Apresenta, ainda, como diretrizes estratégicas a fim de contribuir para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional acima listados:

> I - manter forças estratégicas em condições de emprego imediato, para a solução de conflitos;
> II - dispor de meios militares com capacidade de salvaguardar as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
> III - **aperfeiçoar a capacidade de comando e controle** e do sistema de inteligência dos órgãos envolvidos na Defesa Nacional;
> IV - incrementar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, ampliando o emprego combinado;
> V - aprimorar a **vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil**;
> VI - aumentar a **presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da Amazônia brasileira**;
> VII - garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições efetivas de preparo e emprego das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na Defesa Nacional, em consonância com a estatura político-estratégica do País;
> VIII - aperfeiçoar processos para o gerenciamento de crises de natureza político-estratégica;
> IX - implantar o Sistema Nacional de Mobilização e aprimorar a logística militar;
> X - **proteger as linhas de comunicações marítimas** de importância vital para o País;
> XI - dispor de estrutura capaz de contribuir para a prevenção de atos terroristas e de conduzir operações de contraterrorismo;
> XII - aperfeiçoar os dispositivos e procedimentos de **segurança** que reduzam a vulnerabilidade dos **sistemas relacionados à Defesa Nacional contra-ataques cibernéticos** e, se for o caso, permitam seu pronto restabelecimento;
> XIII - fortalecer a infraestrutura de valor estratégico para a Defesa Nacional, prioritariamente a de **transporte, energia e comunicações**;
> XIV - promover a interação das demais políticas governamentais com a Política de Defesa Nacional;
> XV - implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica, com apoio da sociedade, visando, em especial, ao desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira;
> XVI - incentivar a conscientização da sociedade para os assuntos de Defesa Nacional;
> XVII - **estimular a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de produção de materiais e serviços de interesse para a defesa**;
> XVIII - intensificar o intercâmbio das Forças Armadas entre si e com as universidades, instituições de pesquisa e indústrias, nas áreas de interesse de defesa;
> XIX - atuar para a manutenção de clima de paz e cooperação nas áreas de fronteira;

> XX - intensificar o **intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas**, particularmente com as da América do Sul e as da África, lindeiras ao Atlântico Sul;
> XXI - contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional com **ênfase no desenvolvimento de base industrial de defesa**;
> XXII - participar ativamente nos **processos de decisão do destino da região Antártica**;
> XXIII - **dispor de capacidade de projeção de poder**, visando à eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU;
> XXIV - **criar novas parcerias com países que possam contribuir para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da defesa**;
> XXV - participar de missões de paz e ações humanitárias, de acordo com os interesses nacionais; e
> XXVI - **participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão**, aprimorando e aumentando a capacidade de negociação do Brasil.

Percebe-se a evidente articulação entre a PEB e a PND, que Ávila (2015, p. 41) descreve da seguinte forma:

> A PEB projeta os interesses do País perante outros Estados. Assim, acaba por impactar as demais políticas, com reflexos inevitáveis na área de defesa. A PND, por sua vez, define os objetivos e as orientações, que serão desencadeadas para respaldar a PEB, defendendo os interesses do Estado Brasileiro. (AVILA, 2015)

Feito essa abordagem acerca dos objetivos e diretrizes da PND, constata-se que as possibilidades decorrentes das relações internacionais do Brasil com os BRICS podem contribuir para a PND.

4.2 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END)

Fruto da PND, em 2008, a Estratégia Nacional Defesa foi formulada conjuntamente pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e pelo Ministério da Defesa, com a participação de representantes das Forças Armadas (MELLO, 2012, p.17). Após a aprovação de sua primeira versão, em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa foi submetida, em 2012, ao primeiro processo de revisão. Em 2016, consoante o que prevê a Lei nº 97, de 09 de junho de 1999, e suas alterações, alcança novo estágio de atualização, que consiste de sua adaptação às atuais circunstâncias dos ambientes nacional e internacional. Nesse viés, a END orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que os OND sejam alcançados. É, portanto, o vínculo entre o posicionamento do País nas questões de defesa e as ações

necessárias para efetivamente dotar o Estado da capacidade para preservar seus valores fundamentais.

> Fundamentada nos posicionamentos estabelecidos na Política Nacional de Defesa e alicerçados nos objetivos de mais elevada importância no campo da defesa, a END define, de forma clara e objetiva, as estratégias que deverão nortear a sociedade brasileira nas ações de defesa da Pátria. Trata das bases sobre as quais deve estar estruturada a defesa do País, assim como indica as articulações que deverão ser conduzidas, no âmbito de todas as instâncias dos três poderes e a interação entre os diversos escalões condutores dessas ações com os segmentos não-governamentais do País. (BRASIL, 2016, p.16)

A antiga END (2012) estava focada em ações estratégicas e considerava três eixos estruturantes:

1º) reorganização das Forças Armadas;

2º) reestruturação da indústria nacional de material de defesa; e

3º) política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Na versão atual, ressalta a necessidade de a Nação estar preparada para evoluir, rapidamente, da situação de paz ou de crise para a situação de conflito armado. Nesse sentido, as expressões do Poder Nacional devem se adaptar às evoluções dos cenários nacional e internacional, estruturando-se os meios de defesa em torno de capacidades (BRASIL, 2016, p.18)

> São consideradas **Capacidades Nacionais de Defesa** [12]aquelas compostas por diferentes parcelas das expressões do Poder Nacional. Elas são implementadas por intermédio da participação coordenada e sinérgica de órgãos governamentais e, quando pertinente, de entes privados orientados para a defesa e para a segurança em seu sentido mais amplo (BRASIL, 2016, p. 18)

Como fundamento, visando ao incremento do Poder Nacional, a END cita a interdependência natural entre a defesa e o desenvolvimento do País, na medida em que este se configura como fator preponderante para construir os meios, humanos e de infraestrutura, de que a Nação necessita para suportar um eventual emprego da expressão militar (BRASIL, 2016, p.20)

---

[12] CAPACIDADE DE DEFESA – Capacidade que o País dispõe para gerar efeito dissuasório e respaldar a preservação dos interesses nacionais, compatível com sua estatura político-estratégica e com as atribuições de defesa do território, das águas jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros (BRASIL, 2016, p.43-END)

Outro importante aspecto para a defesa é o permanente fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID)[13], alicerçada por regime comercial que assegure " maior nível de segurança às empresas nacionais contra os riscos do imediatismo mercantil e maior regularidade nas demandas estatais por produtos de defesa, sem prejudicar a competição no mercado e o desenvolvimento de novas tecnologias". A END cita a busca por novos mercados um dos maiores desafios para a Base Industrial de Defesa, sendo fator relevante para o seu desenvolvimento e sustentação.

Nesse sentido, com o objetivo de fomentar a indústria nacional de defesa, estabelece a busca por parcerias estratégicas com outros países como prioridade, visando ao alcance e à consolidação da capacidade de desenvolver e fabricar Produtos de Defesa (PRODE), atenuando a dependência da importação de componentes críticos, de produtos e de serviços.

Percebe-se, assim, a ligação com o segundo eixo estruturante (reestruturação da indústria nacional de material de defesa) da antiga END/2012, bem como a interdependência entre o setor de defesa e o desenvolvimento nacional anteriormente citado:

> O fomento a uma indústria nacional de defesa é, também, um incentivo ao crescimento econômico de um país, na medida em que gera empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que serão úteis ao setor civil. Assim, investir em defesa significa garantir a soberania, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e estimular o crescimento do País (BRASIL, 2016, p.21)

A END ressalta também, em consonância com o Artigo 4º da Constituição Federal, as ações de diplomacia como essenciais para o êxito da Estratégia Nacional de Defesa, à medida que possibilita a confiança mútua, a cooperação e o estreitamento de laços de amizade, os quais favorecem que eventuais diferenças sejam tratadas de forma pacífica.

Na área de defesa, destaca o valor estratégico e a necessidade de fortalecimento de três setores tecnológicos essenciais para a Defesa Nacional: o cibernético, o espacial e o nuclear.

---

[13] BID: formada pelo conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizem ou conduzam pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos de defesa, no País. (BRASIL, 2016, p.20)

No setor cibernético, a END enfatiza a necessidade de aprimorar a Segurança da Informação e das Comunicações e a Segurança Cibernética, buscando-se maior aproximação entre o Setor de Defesa e a comunidade acadêmica, além de parcerias estratégicas e intercâmbios com as Forças Armadas de outros países (BRASIL, 2016, p.31)

No setor espacial ressalta a integração entre a Força Aérea e a Agência Espacial Brasileira (AEB), tendo a primeira as seguintes atribuições:

> a) desenvolver soluções para veículos lançadores de satélites e tecnologias associadas que permitam fazer uso de plataformas espaciais com finalidades de comunicações, observação da terra, vigilância, meteorologia e navegação;
> b) incrementar as competências associadas ao projeto, à fabricação e à integração de plataformas espaciais (satélites), buscando o atendimento das demandas da Defesa e dos demais órgãos governamentais;
> c) buscar soluções inovadoras para as telecomunicações entre os segmentos espaciais e terrestres; e
> d) promover a cooperação internacional nas áreas de concepção, de projeto, de desenvolvimento e de operação de sistemas espaciais, com vistas a acelerar a aquisição de conhecimento científico e tecnológico. (Brasil, 2016, p. 32)

Em que pese o Brasil ser signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), o documento destaca a importância do desenvolvimento da tecnologia nuclear, perseguindo completar a nacionalização e o desenvolvimento do ciclo de combustível e da tecnologia da construção de reatores nucleares, para uso exclusivo do Brasil, além de:

> [...]
> c) aprimorar as tecnologias e capacitações nacionais com vistas a qualificar o País a projetar e construir termelétricas nucleares, ainda que desenvolvidas por meio de parcerias com outros países ou com empresas estrangeiras, com o propósito de diversificar a matriz energética nacional;
> d) aumentar a capacidade de usar a energia nuclear em amplo espectro de atividades de uso pacífico;
> e) incrementar a capacidade de prover as defesas radiológica e nuclear. (BRASIL, 2016, p.31)

Assim como nos três setores estratégicos, destaca a necessidade de formação de recursos humanos, bem como o desenvolvimento de tecnologia nacional por meio de parcerias com outros países, tudo com o enfoque final de domínio da tecnologia.

Na edição de 2016, a END cita as Estratégias de Defesa (ED)[14] e as Ações Estratégicas de Defesa (AED), que complementam cada ED e visam orientar as medidas a serem tomadas para a consecução dos OND. A ligação entre estes e as ED estão sintetizadas no quadro a seguir:

OND-1: GARANTIR A SOBERANIA, O PATRIMÔNIO NACIONAL E A INTEGRIDADE TERRITORIAL.	ED-1 Fortalecimento do Poder Nacional ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão
OND-2: ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA, PARA O CUMPRIMENTO DAS MISSÕES CONSTITUCIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS.	ED-3 Dimensionamento do Setor de Defesa ED-4 Capacitação e dotação de recursos humanos ED-5 Regularidade orçamentária ED-6 Desenvolvimento da capacidade de mobilização nacional
OND-3: SALVAGUARDAR AS PESSOAS, OS BENS, OS RECURSOS E OS INTERESSES NACIONAIS, SITUADOS NO EXTERIOR.	ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão ED-7 Emprego de ações diplomáticas relacionadas à defesa
OND-4: CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO DA COESÃO E UNIDADE NACIONAIS	ED-8 Incremento da presença do Estado em todas as regiões do País ED-9 Adoção de medidas educativas ED-10 Contribuição para a atuação dos órgãos federais, estaduais e municipais
OND-5: CONTRIBUIR PARA A ESTABILIDADE REGIONAL E PARA A PAZ E A SEGURANÇA INTERNACIONAIS	ED-11 Promoção da integração regional ED-12 Promoção da cooperação internacional ED-13 Atuação em organismos internacionais
OND 6: CONTRIBUIR PARA O INCREMENTO DA PROJEÇÃO DO BRASIL NO CONCERTO DAS NAÇÕES E SUA INSERÇÃO EM PROCESSOS DECISÓRIOS INTERNACIONAIS	ED-14 Atuação com base no multilateralismo. ED-12 Promoção da cooperação internacional ED-1 Fortalecimento do Poder Nacional
OND-7: PROMOVER A AUTONOMIA PRODUTIVA E TECNOLÓGICA NA ÁREA DE DEFESA	ED-15 Promoção da sustentabilidade da cadeia produtiva da Base Industrial de Defesa
OND-8: AMPLIAR O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ASSUNTOS DE DEFESA NACIONAL	ED-17 Promoção da temática de defesa na educação ED-18 Emprego da Comunicação Social

Tabela 1: Relação entre OND e ED
Fonte: o autor

Constata-se que a PND e a END conferem ao Brasil a visão estratégica necessária para o planejamento de ações e para a superação dos óbices existentes,

[14] Estratégia de Defesa (ED): segundo a END, constitui a orientação das iniciativas de defesa do Brasil no seu nível mais amplo. Estão diretamente alinhadas aos OND da PND.

visando à conquista e à manutenção dos objetivos nacionais, no novo contexto das ameaças difusas e imprevisíveis do século XXI.

4.3 LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL (LBDN)

A Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, estabeleceu a implantação do Livro Branco de Defesa pelo Ministério da Defesa (Art 9º), somando-se à Estratégia Nacional de Defesa e à Política Nacional de Defesa como documento esclarecedor sobre as atividades de defesa do Brasil. “Em 17 de julho de 2012, o Ministro da Defesa entregou a primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e as atualizações da Política de Defesa Nacional (PND) e da END...(MELLO, 2012, p.18)

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é o mais completo e acabado documento acerca das atividades de defesa do Brasil. Abrangente, visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania (Ministério da Defesa[15])

O LBDN define:

> “Uma das atribuições do Estado é prover a segurança e a defesa necessárias para que a sociedade possa alcançar os seus objetivos. Cabe ao Estado, propiciar e garantir condições para que se possa considerar que o País não corra risco de uma agressão externa, nem esteja exposto a pressões políticas ou imposições econômicas insuportáveis, e seja capaz de, livremente, dedicar-se ao próprio desenvolvimento e ao progresso” (BRASIL, LBDN, 2012)

Segundo Mello (2012, p.18), o Livro Branco destaca o imenso patrimônio do país, com “extensas reservas de recursos naturais e uma enorme biodiversidade, que precisam ser protegidas”, o que avulta a importância do campo Defesa no cenário nacional. Corroborando a afirmação:

> “Esse patrimônio exige defesa. O Brasil se considera e é visto internacionalmente como um País de tradição pacífica, mas não pode prescindir da capacidade militar de dissuasão e do preparo para a sua defesa contra ameaças externas e de seus interesses, pois não é possível afirmar que a cooperação sempre prevalecerá sobre o conflito no plano internacional.” (BRASIL, LBDN, 2016, p.13).

---

[15] Disponível em https://www.defesa.gov.br/noticias/45559-grupo-trabalha-na-atualiza%C3%A7%C3%A3o-do-livro-branco-de-defesa-nacional-de-2020

Apresenta o Atlântico Sul como área estratégica relevante tendo em vista o País possuir a maior costa atlântica, ressaltando a construção de um ambiente cooperativo sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

O LBDN faz referência à posição brasileira no uso do espaço exterior, afirmando que este deve ser utilizado de forma sustentável, com fins pacíficos e em benefício de toda a humanidade.

> Várias das atividades espaciais desenvolvidas pelo Brasil são feitas em cooperação com outros países. Nessas parcerias, a expectativa brasileira é a de que os desafios tecnológicos sejam enfrentados em conjunto pelos países envolvidos, por meio do desenvolvimento conjunto de tecnologias. (BRASIL, 2016, p.42)

5. OS REFLEXOS DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO BRICS

Este capítulo tem a finalidade de apresentar as atuais relações internacionais do Brasil no âmbito dos BRICS. A fundamentação da Política Externa do Brasil, aliada às orientações, objetivos e diretrizes dos documentos de defesa, servirá de subsídio para a solução do problema da presente pesquisa, que é compreender de que maneira as relações do Brasil no âmbito dos BRICS têm contribuído com a consecução dos objetivos nacionais de defesa, delineados pela PND. Além, verificando os pontos fortes e capacidades das nações componentes do BRICS, será possível verificar as potencialidades ainda não exploradas e que, de alguma forma, poderiam contribuir para a consecução dos OND citados.

Cabe ressaltar que o presente capítulo abordará as relações enquadradas nas três expressões que mais possuem relação de causa e efeito com a Defesa Nacional: política, militar e científica e tecnológica.

5.1 AS RELAÇÕES DO BRASIL COM A CHINA

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a China em 1974. Oliveira (2014) destaca que era um momento em que o país buscava uma inserção mais competitiva através da diversificação de parcerias internacionais, além da aproximação com países do Terceiro Mundo e participação nos fóruns multilaterais.

Segundo o site do MRE:

> Em 1993, Brasil e China estabeleceram uma "Parceria Estratégica" e, em 2004, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Em 2010, foi assinado o Plano de Ação Conjunta 2010-2014 (PAC), que define objetivos, metas e orientações para as relações bilaterais.

Na área espacial, cabe ressaltar a parceria inédita entre Brasil e China no setor técnico-científico espacial, através do Programa CBERS – satélite sino-brasileiro de recursos terrestres, que permitiu ao Brasil ingressar no seleto grupo de Países detentores da tecnologia de geração de dados primários de sensoriamento remoto.

A parceria teve início em 06 de julho de 1988, quando Brasil e China assinaram um acordo envolvendo o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial), para o desenvolvimento e a construção

de dois satélites de sensoriamento remoto (CBERS-1 e 2) (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2017[16]).

Em 2002, o programa foi expandido, sendo incluídos mais três satélites da mesma categoria (CBERS-2B e os CBERS-3 e 4), os quais foram lançados em 2007, 2013 e 2014, respectivamente. No ano seguinte, em 19 de maio de 2015, na visita do "Brasil e China resolveram assinar um novo protocolo complementar para fabricação de um novo satélite do Programa CBERS: O CBERS 04A ", cujas atividades de montagem, integração e testes estão sendo realizadas no Laboratório de Integração e Testes (LIT) situado no INPE de São José Campos/SP, e com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2019. Devido ao fato de a China possuir veículo lançador adequado e o Brasil ainda carecer de infraestrutura para lançar satélites desse porte, a família de satélites de sensoriamento remoto CBERS está sendo lançada da China.

> Participam do programa CBERS pelo Brasil, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) como responsável pelo desenvolvimento, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o setor industrial brasileiro. Pela China participam a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST) como responsável pelo desenvolvimento, a China National Space Administration (CNSA), a China Center for Resource Satellite Data and Applications (CRESDA) no segmento solo imagem e China Satellite Launch and Tracking General (CLTC) no segmento solo de controle. (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2017[17])

O presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Raimundo Coelho, ressaltou o efeito positivo para o desenvolvimento tecnológico do Brasil na construção do CBERS 4, haja vista a participação inicial de apenas 30%, porém o país participou no desenvolvimento de 50% do projeto. (Agência Espacial Brasileira, 2017[18])

A parceria entre Brasil e China está gerando significativos avanços científicos no Brasil, com impactos diretos na capacitação de recursos humanos e no desenvolvimento de empresas nacionais, como a Mectron, de São José dos Campos, e a Opto, de São Carlos-SP, subcontratadas pelo INPE para produzir partes do satélite. Ademais, antes do CBERS, o Brasil dependia exclusivamente das imagens de satélites estrangeiros.

---

[16] Disponível em http://www.cbers.inpe.br/sobre/historia.php
[17] Disponível em http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=17
[18] Disponível em http://www.aeb.gov.br/com-sucesso-satelite-cbers-4-completa-tres-anos-em-orbita/

> A união entre os dois países é um esforço bilateral para derrubar as barreiras que impedem o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sensíveis impostas pelos países desenvolvidos. A parceria conjunta rompeu os padrões que restringiam os acordos internacionais à transferência de tecnologia e o intercâmbio entre pesquisadores de nacionalidades diferentes. (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2017[19]).

Além disso, praticamente todas as instituições ligadas ao meio ambiente e recursos naturais são usuárias das imagens do CBERS. Suas imagens são usadas em importantes campos, como o controle do desmatamento e queimadas na Amazônia Legal, o monitoramento de recursos hídricos, áreas agrícolas, crescimento urbano, ocupação do solo, em educação e em inúmeras outras aplicações.

Figura 9: Selo de lançamento do CBERS-4
Fonte: Site INPE

Figura 10: Construção do CBERS-3
Fonte: Site INPE

[19] Disponível em http://www.cbers.inpe.br/sobre/historia.php

Figura 11: satélite CBERS-3
Fonte: Site INPE

Mais um sinal do reforço da cooperação em tecnologia espacial ocorreu em agosto de 2017, quando a Agência Espacial Brasileira (AEB) recebeu em Brasília a visita de uma delegação chinesa, chefiada pelo Centro Regional para Educação em Ciência e Tecnologia Espacial na Ásia e no Pacífico (RCSSTEAP)[20] para debater estratégias de capacitação de recursos humanos e a cooperação entre Brasil e China. (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações[21])

Ainda na área de ciência e tecnologia, em janeiro de 2016 “representantes do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul fecharam um acordo para criar um fundo de R$ 24 milhões para financiar projetos conjuntos de pesquisa científica.” Na ocasião, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera, destacou: "Nós queremos imprimir uma agenda muito ousada e bastante pretensiosa, uma agenda externa vigorosa do ministério ao longo de 2016, buscando recursos no exterior, com diversos parceiros" (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações[22]).

Na área de energia nuclear, por ocasião da visita do Presidente do Brasil à China em 3 de setembro de 2017, foi assinado o Memorando de entendimento entre a Eletrobrás e a “*China National Nuclear Corporation*” para continuidade da construção de Angra 3.

---

[20] RCSSTEAP: um dos seis centros espaciais afiliados às Nações Unidas e espalhados pelo mundo. Brasil e México se revezam na liderança do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espacial para América Latina e Caribe (Crectealc). As outras quatro unidades estão instaladas na Índia, na Jordânia, em Marrocos e na Nigéria (Site MCTIC)

[21] Disponível em http://www.mctic.gov.br/portal

[22] Disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/migracao/2016/01/Brics_cria_fundo_de_R_24_milhoes_para_financiar_projetos_conjuntos_de_pesquisa.html

No mesmo encontro, ficou estabelecido o Licenciamento da fase 2 da usina de Belo Monte por uma empresa chinesa, a "*State Grid"*, que tem a responsabilidade de construir "a maior linha de transmissão de eletricidade em ultra-alta tensão do mundo, ao cruzar 2,5 mil quilômetros com o objetivo de levar ao Sudeste do país a geração da enorme hidrelétrica de Belo Monte, no Pará (Norte)". (G1[23])

Durante a visita oficial do primeiro-ministro da China ao Brasil em 2015, além do protocolo complementar para a fabricação do CBERS 04A, mencionado anteriormente, foram assinados os seguintes documentos (Ministério das Relações Exteriores[24]):

- "Memorando de Entendimento do estabelecimento de mecanismo de trabalho conjunto entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e a administração estatal de ciência, tecnologia e indústria de defesa da República Popular da China relativa à área de sensoriamento remoto, telecomunicações e tecnologia da informação", o que ressalta a possibilidade de desenvolvimento de importantes áreas relativas à Defesa do território nacional;

- Memorando de Entendimento de Cooperação no Setor Nuclear, entre a ELETRONUCLEAR[25] e a Corporação Nuclear Chinesa Nacional; e

- Memorando de Entendimento entre o Ministério dos Transportes do Brasil, a Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional da China e o Ministério dos Transportes e Comunicações do Peru, acerca dos estudos de viabilidade da construção da Ferrovia Bioceânica, planejada para ligar o Brasil ao Oceano Pacífico, cujo tema foi levado para audiência pública pela Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado Federal.

- Acordo de colaboração científica entre o Observatório Astronômico De Shanghai e o Observatório Nacional do Brasil (2016—2020), que prevê um novo telescópio óptico com grande campo de visão em conjunto na estação de Vassouras, com a finalidade de observar detritos espaciais; e construção de uma nova Estação de Monitoramento com Sistemas Globais de Navegação por Satélite (GPS) em Tatuoca-PA, onde as informações coletadas são empregadas em

---

[23] Disponível em https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/linha-de-transmissao-que-liga-hidreletrica-de-belo-monte-ao-sudeste-do-pais-e-inaugurada-em-mg.ghtml

[24] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=9694

[25] ELETRONUCLEAR: criada em 1997 com a finalidade de operar e construir usinas termonucleares no Brasil. Subsidiária da Eletrobras, é uma empresa de economia mista e responde pela geração de aproximadamente 3% da energia elétrica consumida no Brasil (http://www.eletronuclear.gov.br)

telecomunicações, pesquisa científica, prospecção de minerais e navegação aérea, terrestre e marítima.

No setor aeroespacial, a China realiza voos tripulados e avança no sentido de estabelecer bases para uma instalação própria capaz de alojar homens e laboratórios em órbita da Terra em um futuro próximo. Assim, verifica-se o comprometimento da China em avançar cada vez mais em suas pesquisas e desenvolvimento de tecnologias aeroespaciais.

O site *globalfirepower*, desde 2006, tem analisado forças militares no mundo e suas capacidades militares. De um total de 136 países, atualmente a China ocupa a 3ª posição, perdendo apenas para os EUA e a Rússia. No tocante aos gastos com defesa, a China ocupa a 2ª posição (U$ 151 bilhões), atrás dos EUA.

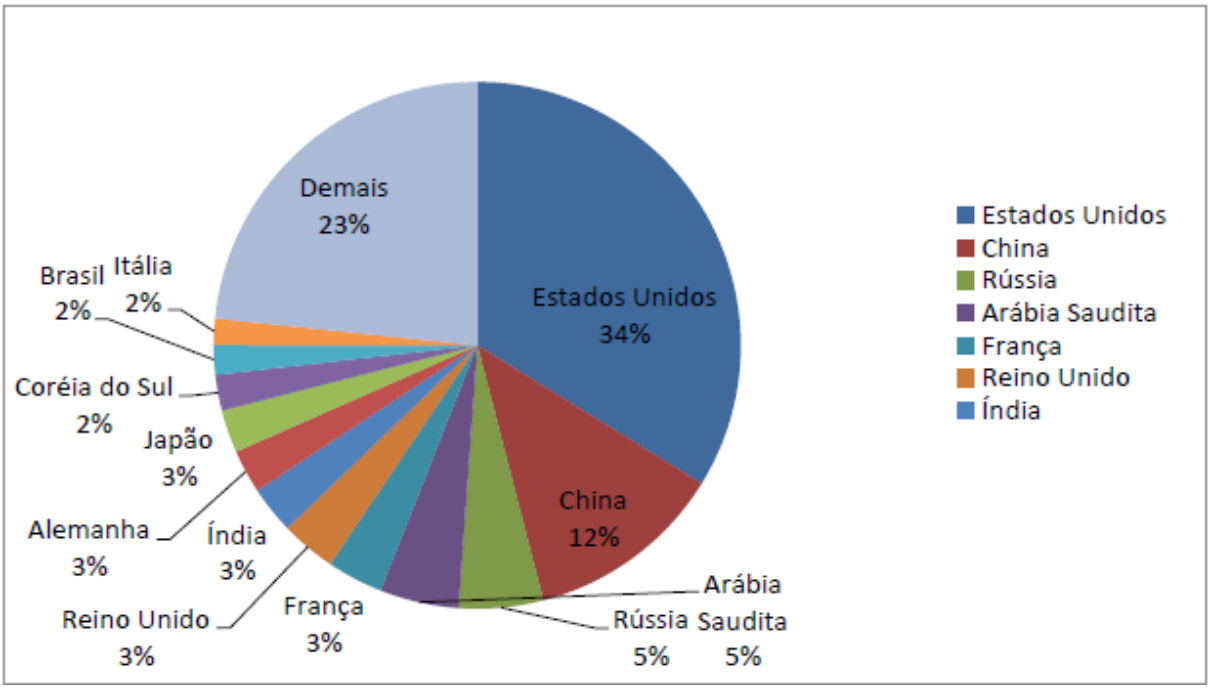

Figura 12: Proporção dos gastos com Defesa do Mundo – 2015
Fonte: LBDN 2016

O gráfico acima confirma o fato de a China possuir o segundo maior gasto em defesa no mundo. Observa-se também a Rússia e a Índia, outros dois países que integram os BRICS e alocam recursos consideráveis na defesa, evidenciando grandes desenvolvimentos tecnológicos e pesquisas na área militar.

Do exposto, as relações entre Brasil e China tem influência no desenvolvimento científico e tecnológico do país, que por sua vez repercute no desenvolvimento de

setores estratégicos da defesa nacional, como o espacial, bem como no desenvolvimento de novas capacidades para a indústria de defesa nacional.

Assim, conclui-se parcialmente que as relações Brasil-China possuem estreita ligação com o desenvolvimento de setores ainda em crescimento no Brasil, como o setor espacial, sendo este uma das áreas prioritárias para a Defesa Nacional. Cabe ressaltar que não ter autossuficiência na área especial é arriscado e que a parceria com a China está sendo fundamental para o Programa Espacial do Brasil.

.

5.2 AS RELAÇÕES DO BRASIL COM A ÍNDIA

O site do MRE cita que Brasil e Índia iniciaram suas relações diplomáticas em 1948, logo após a independência indiana, sendo que a partir da década de 1990, devido à maior abertura das economias de ambos os países, as relações estreitaram-se nas áreas política e econômica.

Segundo Visentini (2013, p.114), um dos fóruns de atuação multilateral entre Brasil e Índia é o grupo G-20, onde aliados à China e à África do Sul, os quatro países lideram o grupo que representa 60% da população mundial, 70% da população rural mundial e 26% das exportações agrícolas mundiais. Esse grupo representa um “marco de realinhamento de forças na OMC”, com Brasil e Índia liderando os países em desenvolvimento em favor da redução das barreiras nas negociações agrícolas com países desenvolvidos.

Em 2003, juntamente com a África do Sul, Brasil e Índia deram mais um importante passo no estreitamento de suas relações multilaterais, a partir da formação do fórum de diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul)

> O Ibas, organismo baseado ideologicamente em uma concepção de cooperação Sul-Sul, é uma iniciativa promissora em muitos aspectos. Em termos políticos, a coalizão tem o potencial de assegurar um protagonismo para seus membros, proveniente da concertação de seus interesses e posicionamentos em fóruns multilaterais. Em termos econômicos, caso avancem as negociações relativas à diminuição de barreiras comerciais entre os três países, o fluxo trilateral pode aumentar, trazendo, além dos supostos benefícios advindos do desvio do atual comércio com o norte para o sul, a materialização de uma união conformada por elos quase que indissolúveis. No que tange à cooperação para o desenvolvimento conjunto de tecnologia, as iniciativas até então realizadas demonstram bons prognósticos de avanço...[ ] (VISENTINI, 2013, p.117)

Desde a implementação do IBAS, foram realizados diversos “eventos bilaterais de defesa, como visitas às Marinhas de Guerra, e reuniões de colegiados como o

Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia (CCD), a Comissão Mista Brasil-Índia e do Grupo Setorial de Defesa do IBAS" (Ministério da Defesa[26]).

Em 2004, Brasil e Índia articularam a criação do G-4 (junto com Alemanha e Japão), na tentativa de reformar o conselho de segurança da ONU.

Na área naval, Brasil e Índia participam (com a África do Sul) de exercícios navais trilaterais dentro do âmbito do *Índia-Brazil- South Africa Maritime* (IBSAMAR). A sexta edição do IBSAMAR ocorrerá em 2018, sendo uma operação multinacional entre as marinhas dos três países que ocorre a cada dois anos. "A operação tem como propósito estreitar os laços de amizade entre as três marinhas, possibilitar a interoperabilidade e adestrar as tripulações em exercícios de considerável nível de complexidade" (Ministério da Defesa[27]).

Além de ser uma potência nuclear, no setor aeroespacial realiza corriqueiramente disparos de satélites com peso superior a uma tonelada, o que demonstra seus esforços atuais no desenvolvimento do setor espacial.

A cooperação entre Índia e Brasil ressalta o papel do MCTI, bem como um convênio assinado em 2004 entre o CNPq e o *Council for Scientific and Industrial Research* que permitiu a concessão de bolsas de intercâmbio de cientistas e pesquisadores do Brasil e da Índia (VIEIRA, 2007, p.176). Ainda, cabe ressaltar que a Índia possui o segundo maior contingente de cientistas e PhDs do mundo (FONTOURA, 2004).

Na área espacial, em janeiro de 2004 Brasil e Índia assinaram Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.

> Em 2007, os dois países assinaram Ajuste Complementar para a Ampliação da Estação Brasileira Terrestre de Recepção e Processamento de Dados dos Satélites de Sensoriamento Remoto da Índia. Com o propósito de dar maior estímulo à cooperação comercial e industrial entre os setores privados de ambos os países no campo espacial, o Ajuste Complementar prevê o recebimento de dados dos "payloads" do Resourcesat-1 AwiFS e LISS-III em sua passagem sobre a estação de Cuiabá, além de definir os termos e condições para a ampliação da estação terrestre brasileira para receber e processar dados dos satélites. Em 2008, a Agência Espacial Brasileira (AEB), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Organização Indiana de Pesquisas Espaciais (ISRO) assinaram o Programa Cooperativo para recepção direta e distribuição de dados do Resourcesat-1. Outro Ajuste Complementar foi assinado em 16 de julho de 2014, referente à ampliação de estação brasileira terrestre para recepção e processamento

[26] Disponível em https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/3880-31012012-defesa-ministro-da-defesa-viaja-a-india-para-reforcar-cooperacao-bilateral-no-setor-de-defesa

[27] Disponível em https://www.defesa.gov.br/noticias/43240-%E2%80%9Copera%C3%A7%C3%A3o-ibsamar-vi%E2%80%9D-reunir%C3%A1-militares-das-marinhas-da-%C3%A1frica-do-sul,-do-brasil-e-da-%C3%ADndia

> de dados de Satélites de Sensoriamento Remoto Indianos (SRI), inclusive do Resourcesat-2 (Agência Espacial Brasileira[28]).

Nesse contexto de cooperação e maior intercâmbio diplomático, desde 2010 ocorrem reuniões bilaterais com periodicidade anual. Em junho de 2015, por ocasião da reunião do IV Comitê Conjunto de Defesa (CCD), Brasil e Índia discutiram a ampliação da cooperação bilateral nas áreas científicas e tecnológicas e intercâmbios acadêmicos buscando parcerias em projetos de construção naval e outras áreas de defesa. Nessa oportunidade, representantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica fecharam os seguintes acordos:

> [ ]... Para a Força Naval ficou acertado um intercâmbio acadêmico de aspirantes entre as Academias Navais em 2016, a continuidade dos entendimentos visando a futura cooperação em projetos e construções de submarinos "Scorpène" e navio-aeródromo e também um acordo que prevê troca de informações sobre o tráfego marítimo.
> Já para o Exército foi definida a realização de curso Internacional de Estudos Estratégicos em 2016, intercâmbios de pesquisadores e professores entre as escolas e centros de estudos estratégicos e em segurança e defesa cibernética e curso doutrinário sobre segurança e defesa cibernética.
> No caso da Força Aérea foi estabelecida uma maior aproximação no setor espacial visando o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, intercâmbios nas áreas de defesa cibernética, de medicina aeroespacial e de defesa química, biológica e nuclear, além da troca de conhecimento entre instrutores de voo e de cadetes da Academia da Força Aérea (AFA). Também foi acertado o envio de oficiais brasileiros para realizar cursos na Índia e visitas exploratórias ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial. (Ministério da Defesa[29])

Conclui-se parcialmente que as relações Brasil-Índia possuem grande potencial de fortalecimento na área da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, setor em a Índia detém reconhecida experiência no setor, o que pode contribuir para o aumento do conhecimento e do nível tecnológico em áreas de interesse para a Defesa.

5.3 AS RELAÇÕES DO BRASIL COM A RÚSSIA

No setor aeroespacial, o histórico de cooperação Brasil-Rússia ganhou fôlego em 1988, quando o país assinou, com a então União Soviética, protocolo de cooperação no campo da pesquisa espacial e de utilização do espaço para fins pacíficos. A partir de 1992, foram celebrados contratos entre o então Centro Técnico Aeroespacial (hoje, Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA) e

---

[28] Disponível em http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/india/
[29] Disponível em (https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/16041-brasil-e-india-discutem-propostas-de-cooperacao-em-defesahttp://www.defesa.gov.br)

instituições de pesquisa e empresas russas para fornecimento de materiais e serviços para o Veículo Lançador de Satélites (VLS). Cabe ressaltar que a "cooperação foi fundamental para a manutenção e prosseguimento dos trabalhos relacionados ao desenvolvimento do veículo". (Agência Espacial Brasileira[30])

Referente à cooperação na área nuclear, em 1994 Brasil e Rússia assinaram seu primeiro acordo para desenvolvimento em conjunto para fins pacíficos de energia nuclear. "Em 2009, um Memorando de Entendimento foi assinado e com a abertura do escritório da Rosatom no Rio de Janeiro, primeiro da América Latina, a companhia passou a procurar novas oportunidades e promover produtos e serviços das empresas nucleares russas no mercado global." (Associação Brasileira de Energia Nuclear[31])

A parceria estratégica entre os governos russo e brasileiro intensificou-se em 1994 com a gestão do chanceler Amorim e acordo finalmente firmado em junho de 2000. O objetivo era aprofundar a relação bilateral e em virtude da relevância política outorgada à relação, foi criada uma comissão de alto nível encabeçada pelo vice-presidente da nação pelo lado do Brasil e pelo primeiro-ministro, por parte da Rússia. "Cabe ressaltar que a "Rússia estabeleceu este instrumento de consulta" somente com outros quatro países que são centrais para sua política exterior e com os quais mantém uma interação densa e altamente diversificada: EUA, França, China e Ucrânia". (BACIGALUPO, 2000, p. 67)

> ...o marco mais importante na relação bilateral ocorre com a missão do então chanceler Primakov ao Brasil em outubro de 1997. Durante a mesma, é assinada uma série de acordos de cooperação nas áreas de educação e cultura, científica e tecnológica, de investigação e uso do espaço exterior. O acordo nessa última área prevê a construção, operação e utilização de veículos lançadores, satélites e outros sistemas espaciais, além da utilização da Base de Alcântara (Maranhão) para o lançamento de satélites por veículos lançadores russos. Nesta ocasião também foram divulgadas duas declarações conjuntas: uma sobre a constituição da comissão russo-brasileira de alto nível de cooperação e a segunda sobre princípios de interação tendo em vista o século XXI. (BACIGALUPO, 2000, p. 65)

Considerando as representações diplomáticas, além da Embaixada, a Rússia conta com dois consulados gerais no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e um honorário em Belo Horizonte.

Realizou-se em Moscou, em 17 de maio de 2011, a Quinta Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN). Na ocasião as

---

[30] Disponível em http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/russia/
[31] Disponível em http://www.aben.com.br

partes assumiram o compromisso de: promover a “participação mútua nos projetos de criação do Centro de Inovações “Skolkovo”, na Rússia, e do Parque Tecnológico “Cidade Digital”, no Brasil”, além de “incentivar contatos diretos entre entidades de ensino superior e instituições públicas de fomento dos dois países, visando ao incremento do intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes, bem como de pesquisa científica, tecnológica e laboratorial”.

Entre outros entendimentos, referente à cooperação no setor espacial, foi assinalado:

> 14. A Parte Brasileira expressou satisfação pela decisão da Parte Russa de designar representante da Agência Espacial Federal Russa (Roscosmos) junto à Representação Comercial da Federação da Rússia em Brasília. As Partes reafirmaram sua disposição de continuar a promover a cooperação na área espacial, especialmente no que se refere ao aperfeiçoamento do veículo lançador de satélites brasileiro (VLS-1) e sua modernização com o auxílio de estágio russo de combustível líquido; à possível utilização e desenvolvimento do sistema de navegação por satélites GLONASS no Brasil e aos estudos relativos a parceria no desenvolvimento de satélites brasileiros meteorológico e de comunicações.(http://www.itamaraty.gov.br)

Na área nuclear:

> 17. As Partes reiteraram o interesse de desenvolver projetos concretos nas seguintes áreas identificadas pelo Memorando de Entendimento CNEN-ROSATOM[32], de 21 de julho de 2009: tecnologias de exploração de urânio, tecnologias de reatores de nova geração, projeto e construção de reatores de pesquisa, produção de radioisótopos para uso na medicina, na indústria e na agricultura; educação e treinamento de pessoal. As Partes concordaram com a realização de seminário técnico com vistas à identificação de projetos específicos de cooperação. A Parte brasileira manifestou interesse, igualmente, na cooperação para o desenvolvimento de conjunto de aceleradores de elétrons e de kits de primeiros socorros para casos de emergência nuclear ou radiológica. (http://www.itamaraty.gov.br)

Segundo Visentini (p. 68), “a inclusão dos Brics no Conceito de Política Externa Russa de 2012 não foi gratuita. Cada vez mais a Rússia valoriza o grupo, seja como meio de contraponto às potências tradicionais, seja como instrumento para a projeção de influência em regiões nas quais a presença russa hoje é tímida, como na África e na América do Sul”.

Em outubro de 2013, Brasil e Rússia ampliaram a cooperação na área militar com a criação de grupos de trabalho nos setores de segurança cibernética e espacial. Na ocasião, os ministros da Defesa dos dois países mencionaram a parceria estratégica voltada ao desenvolvimento tecnológico conjunto, em que a

---

[32] **Sobre a Rosatom -** A corporação estatal de energia atômica Rosatom engloba mais de 250 empresas e instituições científicas, incluindo todas as empresas civis nucleares da Rússia, organizações de pesquisa e a única frota de propulsão nuclear do mundo (navios quebra-gelo e submarinos). A Rosatom emprega mais de 250 mil pessoas. (http://www.aben.com.br)

experiência com a aquisição dos helicópteros de ataque MI-35 serviria de baliza para futuras parcerias na área de defesa. (Ministério da Defesa[33])

Por ocasião da visita ao Brasil do Presidente Vladimir Putin, em 14 de julho de 2014, o Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, e o Diretor do Serviço Federal de Cooperação Técnico-Militar da Rússia, Alexander Vasilievich Fomin, examinaram o andamento das tratativas bilaterais relativas ao desenvolvimento da cooperação técnico-militar russo-brasileira na área da defesa antiaérea, onde foi destacado o atual estado dos trabalhos empreendidos para a futura aquisição pelo Brasil do sistema de defesa antiaérea Pantsir-S1, com transferência irrestrita de tecnologia e o estabelecimento de parcerias industriais efetivas.

Nesse contexto, o Brasil foi convidado para participar com representantes das Forças Armadas, na função de observadores, nos exercícios russos com uso real do sistema Pantsir-S1, ocorrido entre 28 de agosto e 2 de setembro de 2014, na Rússia. Cabe ressaltar que os estudos acerca do material a ser adotado datam de 2011, impulsionados pela Estratégia Nacional de Defesa, que prevê capacidade de resposta a ameaças aéreas à média altura. (www.defesa.gov.br)

Em 16 de setembro de 2015, o então Vice-Presidente, Michel Temer, por ocasião da Abertura da VII Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação, em Moscou, divulgou que o sistema de defesa Pantsir-S1 foi selecionado como o míssil de média altitude das Forças Armadas Brasileiras. Porém, devido à falta de recursos e mudanças nos parâmetros, o governo brasileiro cancelou as negociações e mira agora o S-300.

> Para a Força Aérea Brasileira, seriam necessários parâmetros mais ambiciosos para garantir a interdição do espaço da capital nacional e de outros pontos estratégicos do território nacional, como o Grande ABC paulista, onde se concentra 70% da indústria bélica do país. O ideal seria a aquisição de mísseis com desempenho igual ou superior ao do Sistema S-300, mesmo que sem transferência de tecnologia. Trata-se de um salto qualitativo importante. O S-300, citado como parâmetro, oferece proteção, contra mísseis de cruzeiro e balísticos, em um perímetro de até 300 km dos lançadores. (http://www.defesanet.com.br)

Outro acordo fechado na reunião foi o Memorando de Entendimento entre a Rosatom e a Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP), com o objetivo de reforçar a cooperação para uso pacífico da energia nuclear e incentivar o

---

[33] Disponível em https://www.defesa.gov.br/noticias/16603-brasil-e-russia-estreitam-parceria-tecnico-militar-e-repassam-negociacoes-de-artilharia-antiaereawww.defesa.gov.br

intercâmbio para explorar oportunidades de negócio, como, por exemplo, a construção do reator nuclear multipropósito brasileiro, que vai garantir a independência nuclear do país.

Em todas essas reuniões foram discutidas formas para a promoção de uma cooperação ainda maior no âmbito dos BRICS, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do G-20 e de outros foros internacionais. Além disso, a Rússia apoia o pleito brasileiro de fortalecer e reformar a Organização das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança para refletir de modo adequado as realidades políticas e econômicas contemporâneas.

Ainda em 2015, a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Russa ROSCOSMOS estabeleceram acordo para detecção de detritos espaciais.

Outra importante parceria é na área de geoposicionamento global, com o sistema russo de navegação por satélite Glonass. O Brasil, devido ao seu histórico de cooperação bilateral com Moscou na área espacial e à posição geográfica, recebeu em 2013 a primeira estação do Glonass fora da Rússia, instalada da Universidade de Brasília (UnB). Desde então, a Rússia está expandindo sua rede no Brasil, que é o maior hospedeiro do sistema fora da Rússia e já possui quatro estações: duas na Universidade de Brasília (UnB), uma na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e outra no Instituto de Tecnologia de Pernambuco (Itep). (Sputnik Brasil[34], 2018)

Em novembro de 2017, a Corporação Estatal Russa de Energia Atômica - Rosatom, as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e a Eletrobras Termonuclear assinaram um Memorando de Entendimento para promover a cooperação no campo da energia nuclear. Assim como no acordo com a NUCLEP, o objetivo foi a "cooperação mútua no uso pacífico da energia nuclear, incluindo a potencial construção de novas usinas nucleares no Brasil e suporte durante todo o ciclo de vida (incluindo operação, manutenção e desativação); gestão de combustível nuclear; prolongamento da vida de usinas de energia nuclear" existentes no Brasil; educação e treinamento dos profissionais de energia nuclear; e fortalecimento do conhecimento público sobre o programa de energia nuclear do país (Agência Brasileira de Energia Nuclear[35])

---

[34] Disponível em https://br.sputniknews.com/brasil/2018081311947370-glonass-gps-russo-brasil/

[35] Disponível em http://www.aben.com.br/noticias/rosatom-e-eletronuclear-assinam-memorando-de-entendimento-para-cooperar-no-setor-de-energia-nuclear

Um estudo de especialistas da Associação Nuclear Mundial (conhecida internacionalmente pela sigla WNA, em inglês) chegou à conclusão de que a Rússia é hoje líder mundial na área de desenvolvimento de novas tecnologias para a energia nuclear do futuro. O estudo apontou também que a exportação de produtos e serviços do setor nuclear é um dos objetivos políticos e econômicos principais da Rússia.

> Especialistas da WNA lembraram ainda que a soma orçamentária de projetos no exterior da Rosatom (empresa estatal responsável pelo setor na Rússia) supera 100 bilhões de dólares, e destacaram que os clientes escolhem as tecnologias russas graças ao seu custo relativamente barato, à segurança e também ao desejo de especialistas russos em compartilhar seus conhecimentos e experiências com seus parceiros estrangeiros. (https://br.sputniknews.com)

Em 2017, por ordem de Putin, o Ministério da Defesa da Rússia anunciou o início da construção da cidade científica militar inovadora Era, um parque tecnológico onde irão trabalhar jovens cientistas e graduados das companhias científicas militares, com o objetivo de aumentar a eficiência das investigações científicas fundamentais e aplicadas. Assim, a Rússia pretende criar uma base para as tecnologias modernas, bem como garantir o desenvolvimento avançado dos sistemas de uso militar. (Sputnik Brasil[36], 2018)

Na área da cooperação técnico-militar, visando ao aperfeiçoamento dos meios de emprego militar (MEM), em 2008 o Brasil anunciou a compra de 12 helicópteros de ataque e transporte de tropas Mi-35M para a Força Aérea Brasileira, durante o último dia da visita do presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, ao país. Ainda, os dois países negociam a aquisição do sistema de artilharia antiaérea S-300, em substituição ao Pantsir-S1. Os primeiros três helicópteros de combate MI-35 foram incorporados à Força Aérea Brasileira (FAB) em 17 de abril de 2010.

> A cooperação técnico-militar entre os nossos países data desde 1994, ano em que foi fechado o contrato de fornecimento ao Brasil do primeiro lote de sistemas de mísseis antiaéreos portáteis “IGLA”. Posteriormente, A Defesa Antiaérea (DAA) brasileira adquiriu mais três lotes destes sistemas, inclusive de “IGLA-C” modernizados. Em 2008, a “Rosoboronexport” participou na licitação brasileira com o helicóptero de ataque “Mi-35M”, tendo vencido a competição concorrendo com os helicópteros A-129 “Mangusta” italiano e EC-665 “Tiger” europeu. Atualmente, está sendo realizado o fornecimento de helicópteros russos para o Brasil (www.defesanet.com.br)

[36] Disponível em https://br.sputniknews.com/defesa/201710069526666-russia-cidade-militar-cientifica-era/

O chefe da delegação da “Rosoboronexport” [37], Serguei Ladiguin, em entrevista ao Portal DefesaNet, às vésperas da realização no Rio de Janeiro da Exposição Internacional Latino-Americana “*Latin America Aero & Defence*” “LAAD 2011”, destacou a disponibilidade permanente para ajudar na integração dos modelos de armas russas ao sistema das Forças Armadas do Brasil. Destacou também que a empresa propõe” ao comprador potencial as tecnologias mais avançadas, ajuda na organização no território nacional de Centros técnicos para a manutenção do material adquirido, na sua reparação, modernização, produção licenciada, inclusive a realização de pesquisas técnico-científicas conjuntas.” (DefesaNet [38], 2018)

Evidenciou, assim, a disposição para um vasto programa de transferência de tecnologias, citando como exemplo a experiência real de produção de aeronaves (Força Aérea) do tipo SU-27 para a China e do tipo SU-30 para a Índia.

A Corporação ROSTEC[39], maior conglomerado industrial da Rússia, por ocasião da LAAD – Defesa & Segurança 2015, demonstrou interesse em ampliar a Cooperação Estratégica com Empresas do Brasil, ao apresentar projetos de alta tecnologia para os setores civil (infraestrutura portuária e de energia) e de defesa (armas para a defesa aérea e helicópteros de transporte civil e militar) (DefesaNet[40] 2018)

5.4 AS RELAÇÕES BRASIL COM A ÁFRICA DO SUL

Segundo Pereira (2010, p. 98) “O Brasil e a África do Sul são lideranças nas suas regiões e as possibilidades de desenvolverem uma parceria estratégica bilateral são grandes”.

A relação entre Brasil e África do Sul foi reforçada em 2003, quando seus chanceleres, juntamente com o indiano Yashwant Sinha, anunciaram a criação do

---

[37] Pertencente à ROSTEC, é uma empresa estatal russa responsável pelas vendas de equipamento militar ao exterior.

[38] Disponível em: http://www.defesanet.com.br/laad2011russia/noticia/142/%E2%80%9CRosoboronexport%E2%80%9D-na-LAAD-2011-%E2%80%93-Defence-%26-Security/

[39] “fundada em 2007 para apoiar a pesquisa, o desenvolvimento, a fabricação e a exportação de produtos industriais de alta tecnologia para o uso civil e militar. É um conglomerado estatal da Federação da Rússia que detém aproximadamente 700 empresas, incluindo nove holdings que formam o complexo militar-industrial e cinco grupos empresariais que atuam na indústria civil” (disponível em: www.defesanet.com.br)

[40] Disponível em http://www.defesanet.com.br/russialaad2015/noticia/18706/RUSSIA---ROSTEC-quer--Ampliar-a-Cooperacao-Estrategica-com-Empresas-do-Brasil/

grupo IBAS, mediante a “Declaração de Brasília” [41], reforçando o comércio bilateral, a cooperação em diversos setores e a articulação em temas comuns da agenda internacional, como: paz e segurança internacionais, novas ameaças à segurança, defesa, colaboração em matéria de tecnologias de comunicação e informação, etc.

> O IBAS corresponde ao conceito brasileiro de alianças pragmáticas de geometria variável, mas especialmente o experimento mais arrojado de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento e a construção de um sistema internacional de contornos multipolares e multilaterais. Seus três eixos de atuação são a Concertação Política (atuação comum no G-20, G-5, reforma do CS da ONU e ações pela paz e contra a fome), a Cooperação Sul-Sul (grupos de trabalho na área de logística, educação, ciência & tecnologia, saúde, etc) e a Cooperação com terceiros países (Fundo IBAS no combate à fome e à pobreza e ajuda a países menos desenvolvidos). (PEREIRA,2010, p.101)

Em 2011, os dois países convergiram seus interesses no âmbito dos BRICS, mecanismo de projeção internacional e de cooperação nas políticas externas de ambos os países.

Verifica-se que, em que pese as vastas desigualdades socioeconômicos, a concertação diplomática entre Brasil e África do Sul chama a atenção do Norte para a intenção dos países do Sul, refletindo em maior projeção de ambos países no cenário internacional.

Brasil e África do Sul integram a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), estabelecida em 1986, e integrada por outros 22 países banhados pelo Atlântico Sul. Neste entorno estratégico e área prioritária para a Defesa Nacional, os dois países realizam atividades e exercícios militares conjuntos, o que contribui para assegurar direitos e interesses no espaço marítimo denominado “Amazônia Azul”, área de 4,5 milhões de Km^2, que abrange as ricas reservas do pré-sal brasileiro.

Segundo Erthal (2014), “o discurso brasileiro na ZOPACAS ressalta não apenas os interesses em comum entre os países atlânticos da América do Sul e da África, mas também a necessidade de minimizar a presença de atores externos”.

> ...o Brasil permanece de longe o maior país no perímetro do Atlântico Sul – em termos de território, população, economia e poder/capacidade de defesa. Além disso, a expansão do poder militar brasileiro tem superado de longe os investimentos feitos pelos vizinhos sul-americanos, em especial aqueles localizados no Atlântico Sul. Ao promover essa identidade regional, o Brasil também amplia a sua capacidade de avançar interesses econômicos, políticos e estratégicos, mas ao mesmo tempo tal esforço demanda um papel cada vez mais ativo do País em relação a questões de

[41] A Declaração de Brasília e outros documentos básicos relativos ao Fórum estão disponíveis no site do Itamaraty (www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/ibas/index.asp)

> segurança no Atlântico Sul, especialmente na África. (ERTHAL, MARCONDES, 2014, p.17)

O Ministério das Relações Exteriores destaca o interesse do país na estabilidade e segurança do Atlântico Sul: “A política de defesa brasileira para o Atlântico Sul busca auxiliar os países africanos da região a fortalecer seus meios nacionais, em particular suas Marinhas e Guardas Costeiras, para que possam exercer plenamente as funções de patrulhamento e defesa de seus territórios e águas jurisdicionais”. Nesse contexto, no âmbito IBAS, Brasil e África do Sul cooperam através de intercâmbios de formação de oficiais e praças, da realização de exercícios conjuntos militares, navais e aéreos, inclusive com simulação de ações antipirataria.

> Dois Navios-Patrulha Oceânicos da Marinha do Brasil, o "Amazonas" e o "Apa", realizaram em 2012 e 2013, visitas a diversos portos africanos, onde foram conduzidos treinamentos antipirataria. Novas visitas, do Navio-Patrulha Oceânico "Araguari", estão previstas para 2013. Entre outros exercícios militares multinacionais realizados pelo Brasil com parceiros africanos, estão o Atlasur, o Atlantic Tidings e o IBSAMAR. (BRASIL, 2013b)

Quanto à capacidade militar, a África do Sul dispõe de desenvolvida base industrial de defesa, sendo polo exportador de material de defesa.

Migon (2013) destaca a importância da África do Sul, quer no âmbito do IBAS quer do BRICS, considerada estratégica para o Brasil:

> Há, por exemplo, iniciativas comuns na área espacial, com proposta de pesquisa e desenvolvimento autônomo de satélites, e de Defesa, com exercícios combinados de Forças Navais, ambas com coparticipação indiana. A posição geográfica e a liderança sul-africana no contexto da SADC contribuem para maior relevância da aproximação Brasil-África do Sul, à qual também se associa o vetor econômico, com crescente comércio bilateral.

A África do Sul possui um desenvolvido setor de inovação tecnológica, que vem crescendo de forma contundente. No âmbito da cooperação bilateral Brasil-África do Sul, os dois países “são parceiros no projeto desenvolvimento de um míssil capaz de atingir até aeronaves que estejam se aproximando por trás do avião lançador”. O projeto em questão é o míssel A-Darter, armamento de quinta geração (do tipo ar-ar, com guiamento infravermelho e de curto alcance) projetado para equipar caças Gripen NG da Força Aérea Brasileira. Trata-se de um míssel de alta tecnologia e “inovações dominadas por poucos países do mundo e que não são transferidas quando há a compra de armamento”, segundo o gerente do projeto no

Brasil, Coronel Aviador Júlio César Cardoso Tavares, da Força Aérea Brasileira. (DefesaNet[42], 2018).

Desta forma, a complexidade do desenvolvimento do míssel envolveu tecnologias criadas por brasileiros e sul-africanos, equiparado aos mísseis desenvolvidos por potências como EUA e Rússia, afirmando a capacidade de nações do hemisfério Sul em fazer produtos de alta tecnologia na área de defesa. Ainda, observa-se o fortalecimento da base industrial de defesa nacional.

No Brasil, o projeto conta com o financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). As empresas Avibras, Mectron e a Opto Defesa e Espaço, do grupo Akaer, foram beneficiárias do processo de transferência de tecnologia. (Ministério da Defesa[43])

[42] Disponível em http://www.defesanet.com.br/fab/noticia/18113/Novo-missil-da-FAB-esta-90-por-cento-concluido/

[43] Disponível em http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/29399/

Quadro Resumo
Relações do Brasil com os integrantes do BRICS

OND	Estratégia	Reflexo para a PND
OND - 1: GARANTIR A SOBERANIA, O PATRIMÔNIO NACIONAL E A INTEGRIDADE TERRITORIAL.	ED-1 Fortalecimento do Poder Nacional ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão	**China** - Na área espacial, a parceria entre Brasil e China, através do Programa CBERS, permitiu ao país ingressar no seleto grupo de Países detentores da tecnologia de geração de dados primários de sensoriamento remoto. Desta forma, registram-se significativos avanços científicos no Brasil, com impactos diretos na capacitação de recursos humanos e no desenvolvimento de empresas nacionais. - Em 2015, Brasil e China firmaram os seguintes acordos: a) mecanismo de trabalho conjunto entre o Ministério da Defesa do Brasil e a Administração Estatal de ciência, tecnologia e indústria de defesa da República Popular da China, relativo à área de sensoriamento remoto, telecomunicações e tecnologia da informação; b) Cooperação no Setor Nuclear entre a ELETRONUCLEAR e a Corporação Nuclear Chinesa Nacional; c) Acordo de colaboração científica entre o Observatório Astronômico De Shanghai e o Observatório Nacional do Brasil (2016－2020); e d) Construção de uma nova Estação de Monitoramento com Sistemas Globais de Navegação por Satélite (GPS) em Tatuoca-PA. - Em 2017 a Eletrobrás e a "*China National Nuclear Corporation*" firmaram acordo para continuidade da construção de Angra 3.
		Índia - Brasil, Índia e África do Sul participam de exercícios navais trilaterais dentro do âmbito do "Índia-Brazil-South Africa Maritime (**IBSAMAR**)", o que contribui para a Segurança do Atlântico Sul e do entorno estratégico do Brasil.
		Rússia - No setor aeroespacial, a cooperação abrange discussões quanto ao aperfeiçoamento do veículo lançador de satélites brasileiro (VLS-1) e aos estudos relativos à parceria no desenvolvimento de satélites brasileiros meteorológico e de comunicações.

Quadro Resumo
Relações do Brasil com os integrantes do BRICS

OND - 1: GARANTIR A SOBERANIA, O PATRIMÔNIO NACIONAL E A INTEGRIDADE TERRITORIAL.	ED-1 Fortalecimento do Poder Nacional ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão	- O sistema russo de navegação por satélite Glonass é outro importante aspecto da cooperação bilateral entre os dois países. - A parceria entre a AEB e a Agência Espacial Russa ROSCOSMOS, visando à detecção de detritos espaciais permite ao país o desenvolvimento deste setor estratégico. - Referente à cooperação na área nuclear, a Rússia abriu um escritório da Rosatom no Rio de Janeiro, primeiro da América Latina. Brasil e Rússia têm interesses mútuos no desenvolvimento conjunto da energia nuclear para fins pacíficos. A parceria entre a Rosatom e a Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP) contribui para garantir a independência nuclear do país. Da mesma forma, o acordo firmado entre a Rosatom, as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e a Eletrobras Termonuclear contribui para o fortalecimento do poder nacional à medida que inclui a potencial construção de novas usinas nucleares no Brasil. - No setor de Defesa, tratativas relativas ao desenvolvimento da cooperação técnico-militar russo-brasileira na área da defesa antiaérea, através do interesse brasileiro no Pantsir-S1 e, posteriormente, no S-300, contribuem para a geração de novas capacidades e para o fortalecimento da capacidade de dissuasão do país. - A compra de 12 helicópteros de ataque e transporte de tropas Mi-35M para a Força Aérea Brasileira contribui para maior capacidade de dissuasão. - A Corporação ROSTEC, maior conglomerado industrial da Rússia, tem interesse em ampliar a Cooperação Estratégica com Empresas do Brasil, através de projetos de alta tecnologia para os setores civil (infraestrutura portuária e de energia) e de defesa (armas para a defesa aérea e helicópteros de transporte civil e militar), com disposição para um vasto programa de transferência de tecnologias.
		África do Sul - Brasil e África do Sul integram a ZOPACAS, com o interesse de manter a estabilidade e a segurança do Atlântico Sul, área prioritária para a Defesa Nacional. As atividades e exercícios militares conjuntos contribuem para assegurar direitos e interesses na “Amazônia Azul”. - A cooperação bilateral Brasil-África do Sul abrange o desenvolvimento do míssil Ar-Ar de quinta geração A-Darter, o que fortalece a capacidade de dissuasão.

Quadro Resumo
Relações do Brasil com os integrantes do BRICS

OND - 2: ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA, PARA O CUMPRIMENTO DAS MISSÕES CONSTITUCIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS.	ED-3 Dimensionamento do Setor de Defesa ED-4 Capacitação e dotação de recursos humanos ED-5 Regularidade orçamentária ED-6 Desenvolvimento da capacidade de mobilização nacional	- A cooperação bilateral Brasil-África do Sul no desenvolvimento do míssil A-Darter contribui para assegurar capacidade de defesa compatível com a estatura do país.
OND - 3: SALVAGUARDAR AS PESSOAS, OS BENS, OS RECURSOS E OS INTERESSES NACIONAIS, SITUADOS NO EXTERIOR.	ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão ED-7 Emprego de ações diplomáticas relacionadas à defesa	- Brasil, Índia e África do Sul participam de exercícios navais trilaterais no âmbito do "Índia-Brazil-South Africa Maritime (IBSAMAR)", o que contribui para a Segurança do Atlântico Sul e do entorno estratégico do Brasil. - Brasil e África do Sul integram a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com o interesse de manter a estabilidade e a segurança do Atlântico Sul, área prioritária para a Defesa Nacional.
OND - 4: CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO DA COESÃO E UNIDADE NACIONAIS	ED-8 Incremento da presença do Estado em todas as regiões do País ED-9 Adoção de medidas educativas ED-10 Contribuição para a atuação dos órgãos federais, estaduais e municipais	- Por meio do Programa CBERS, Instituições ligadas ao meio ambiente e recursos naturais são usuárias de suas imagens, usadas em importantes campos, como o controle do desmatamento e queimadas na Amazônia Legal, o monitoramento de recursos hídricos, áreas agrícolas, crescimento urbano, ocupação do solo, em educação e em inúmeras outras aplicações.

Quadro Resumo
Relações do Brasil com os integrantes do BRICS

OND - 5: CONTRIBUIR PARA A ESTABILIDADE REGIONAL E PARA A PAZ E A SEGURANÇA INTERNACIONAIS	ED-11 Promoção da integração regional. ED-12 Promoção da cooperação internacional. ED-13 Atuação em organismos internacionais.	- Brasil, Índia e África do Sul participam de exercícios navais trilaterais no âmbito do IBSAMAR, o que contribui para estabilidade regional e para a paz e segurança internacionais. - Brasil e África do Sul integram a ZOPACAS, com objetivo mútuo de garantir a estabilidade e a segurança do Atlântico Sul. Da mesma foma, as atividades e exercícios militares conjuntos, contribuem para assegurar direitos e interesses na área considerada.
OND - 6: CONTRIBUIR PARA O INCREMENTO DA PROJEÇÃO DO BRASIL NO CONCERTO DAS NAÇÕES E SUA INSERÇÃO EM PROCESSOS DECISÓRIOS INTERNACIONAIS	ED-14 Atuação com base no multilateralismo. ED-12 Promoção da cooperação internacional. ED-1 Fortalecimento do Poder Nacional.	- Por meio da Comissão russo-brasileira de Alto Nível de Cooperação, os dois países discutem assuntos relacionados ao incremento do intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes, bem como de pesquisa científica, tecnológica e laboratorial". - A Rússia apoia o pleito brasileiro de fortalecer e reformar a Organização das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. - **Grupo G-20**: entre outros, integrado por Brasil, Índia, China e África do Sul. O grupo representa 60% da população mundial, 70% da população rural mundial e 26% das exportações agrícolas mundiais. É um marco de realinhamento de forças na OMC, onde os países em desenvolvimento lutam pela redução das barreiras nas negociações agrícolas com países desenvolvidos. - **Fórum de diálogo IBAS** (Índia, Brasil e África do Sul): facilita a concertação política, a defesa de interesses e posicionamentos comuns em fóruns multilaterais. - **G-4**: Brasil e Índia articularam a criação do G-4 (junto com Alemanha e Japão), na tentativa de reformar o conselho de segurança da ONU, permitindo maior representatividade dos países emergentes no processo decisório mundial. - Na área de ciência e tecnologia, em janeiro de 2016 representantes do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul fecharam um acordo para criar um fundo de R$ 24 milhões para financiar projetos conjuntos de pesquisa científica.

Quadro Resumo
Relações do Brasil com os integrantes do BRICS

OND - 7: PROMOVER A AUTONOMIA PRODUTIVA E TECNOLÓGICA NA ÁREA DE DEFESA	ED-15 Promoção da sustentabilidade da cadeia produtiva da Base Industrial de Defesa	**-** O Projeto CBERS é parceria conjunta que rompeu os padrões que restringiam os acordos internacionais à transferência de tecnologia e o intercâmbio entre pesquisadores de nacionalidades diferentes. O Brasil participou no desenvolvimento de 50% do mesmo. Empresas como a Mectron, de São José dos Campos, e a Opto, de São Carlos-SP, produzem partes do satélite, o que contribui para a sustentabilidade da Base Industrial de Defesa. - Concessão de bolsas de intercâmbio de cientistas e pesquisadores do Brasil e da Índia, contribuindo para o aperfeiçoamento de recursos humanos que podem ser empregados em áreas relacionadas à defesa nacional. - Brasil e Índia cooperam nas áreas científicas e tecnológicas, realizam intercâmbios acadêmicos e discutem parcerias em projetos de construção naval e em outras áreas de defesa, como segurança e defesa cibernética. - A Corporação ROSTEC, maior conglomerado industrial da Rússia, tem interesse em ampliar a Cooperação Estratégica com Empresas do Brasil, com disposição para um vasto programa de transferência de tecnologias. - Através da parceria com a África do Sul no desenvolvimento do míssel A-Darter, a Base Industrial de Defesa é fortalecida, à medida que incorpora e detém novas tecnologias.

Fonte: o autor

6 CONCLUSÃO

As relações do Brasil com os integrantes do BRICS são importantes no contexto da ordem multipolar do mundo globalizado. A junção do Brasil com Rússia, Índia, China e África do Sul criam números relevantes, capazes de influenciar a comunidade internacional e desafiar os países desenvolvidos.

Observa-se a evolução do grupo, que evoluiu de um agrupamento de economias emergentes com forte crescimento para um agrupamento político com interesses comuns nos fóruns internacionais. Verifica-se, assim, que a força do BRICS está na capacidade conjunta de seus membros, e não nas suas capacidades individuais. Inegavelmente, são países com capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos globais ou regionais, bem como contribuir para a geração de novos paradigmas de ordem no século XXI.

A perspectiva da articulação cada vez maior do grupo em organizações multilaterais tem impacto na formação de novas alianças e polos de poder. É nesse contexto que, alinhado com o OND-6 da PND, o Brasil busca incrementar sua projeção no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

Apesar dos cinco membros do BRICS não integrarem um bloco político específico, nem uma iniciativa de livre-comércio, eles vêm estreitando os laços e estabelecendo acordos bilaterais e multilaterais. Com relação à construção de nova arquitetura de poder, o BRICS é um projeto inovador, com potencial de oferecer ao Brasil maior projeção internacional, favorecendo sua postura de *global trader.* No entanto, a dificuldade para a criação de uma identidade comum e as diferentes estratégias de inserção, através do *Soft Power* de Brasil e África do Sul e do *Hard Power* de China e Rússia, dificultam a integração e a sustentabilidade do BRICS.

Na expressão econômica, as diferentes moedas não favorecem a integração do bloco, mesmo com a criação do NBD. Ademais, a diversidade de interesses nacionais e a posição geográfica dos BRICS (dispersos por quatro continentes) restringem a ampliação dos mercados e a sua integração. O comércio, embora ativo e em que pese favorecer o acesso a bens e serviços nos mercados asiáticos e africano, é disperso, tendo grande expressão no comércio extrabloco.

Na expressão científica e tecnológica, Brasil e Índia possuem grande potencial de fortalecimento na área da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, setor

em que a Índia detém reconhecida experiência, o que poderá contribuir para o aumento da produtividade da indústria brasileira e do perfil tecnológico da pauta de exportações. Assim, é possível aproveitar a cooperação com a Índia no sentido de fortalecer o setor de tecnologia, o que pode contribuir para a ampliação da autonomia tecnológica do país.

Ainda, dado o potencial indiano na área de informática e desenvolvimento de softwares, a cooperação e maior intercâmbio neste setor poderia trazer reflexos positivos para a Defesa Nacional, à medida que há necessidade de fortalecimento de nossas defesas cibernéticas, cabendo ressaltar que o Brasil só terá segurança nesse campo se desenvolver tecnologias nacionais, tanto em hardware quanto em software. Dessa forma, as relações bilaterais com a Índia têm potencial (ainda não explorado) de desenvolver o setor tecnológico brasileiro e contribuir para a Defesa Nacional.

A China e a Rússia são, respectivamente, o segundo e terceiro países que mais gastam em defesa no mundo, evidenciando grandes desenvolvimentos tecnológicos e pesquisas na área de defesa militar. Tal fato poderia ser melhor explorado no sentido de aumentar o intercâmbio e expandir as perspectivas do país no sentido de potencializar a Força Terrestre e aumentar a capacidade dissuasória, caso a cooperação na área de defesa seja aprofundada no âmbito dos BRICS. Assim, a Capacidade de Defesa, definida na END como a capacidade que o País dispõe para gerar efeito dissuasório e respaldar a preservação dos interesses nacionais, poderá ser fortalecida.

Na expressão militar, a cooperação técnico-militar no projeto A Darter está contribuindo para a construção da base de aliança tecnológica entre Brasil e África do Sul na produção de modernos sistemas de defesa. Da mesma forma, a Rússia empreende esforços notáveis no sentido de promoção de seus produtos de uso militar no mercado brasileiro, evidenciados pelos helicópteros MI-35 e pelo projetos de alta tecnologia apresentados na LAAD para os setores civil e de defesa. Tal fato contribui para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa e se alinha à diretriz da END que prevê a criação de novas parcerias com países que possam contribuir para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da defesa.

Alinhado à promoção da autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa (OND 7), as relações do Brasil com a China, Rússia e África do Sul projetam boas perspectivas de melhorar a sustentabilidade da Base Industrial de Defesa do país,

gerando o desenvolvimento de empresas brasileiras, o surgimento de novos empregos e a criação de uma base sólida para a futura produção de novos modelos de armamento e técnica militar no país.

Os exercícios navais trilaterais no âmbito do IBSAMAR e a liderança brasileira na ZOPACAS reforçam a estabilidade regional e contribuem para a garantia da paz e segurança no importante entorno estratégico do Atlântico Sul, área destacada na Política Nacional de Defesa como prioritária para a Defesa. Enquadram-se nos OND-1, OND-5 e OND-3, além de estarem alinhados com as seguintes diretrizes da END: proteger as linhas de comunicações marítimas, aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas da África. Com o objetivo de manter esta área livre da introdução de armas nucleares e outras armas de destruição de massa, bem como da presença de organizações militares estrangeiras, torna-se importante adquirir capacidades conjuntas de vigilância e projetar influência na área do Atlântico Sul, o que é facilitado com o IBSAMAR.

Com a Rússia, em consonância com a END, a cooperação bilateral nos usos pacíficos da energia nuclear, através da parceria da Rosatom com a Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP) e com a Eletrobrás, tem o potencial para aprimorar as tecnologias e capacitações nacionais a fim de qualificar o país a projetar e construir termelétricas nucleares e, consequentemente, qualificar recursos humanos e diversificar a matriz energética nacional.

Já no setor espacial, a cooperação com a China, através do Programa CBERS; e com a Rússia, através da expansão do sistema russo de navegação por satélite Glonass, contribui para o desenvolvimento de tecnologias que permitem fazer uso de plataformas espaciais com finalidades de comunicações, observação da terra, vigilância, meteorologia e navegação. Tais capacidades garantem ao Brasil aperfeiçoar áreas estratégicas que contribuem para o fortalecimento do Poder Nacional e da capacidade de dissuasão do país, Estratégias de Defesa constantes do OND-1. Conforme previsto na END, aproveitando-se da expertise russa e chinesa, a cooperação internacional no âmbito do BRICS tem potencial para acelerar a aquisição de conhecimento científico e tecnológico na área espacial.

Como se pode verificar, as relações do Brasil no âmbito dos BRICS têm potenciais diversos de cooperar com os Objetivos de Defesa Nacionais delineados pela PND. Algumas relações de cooperação se encontram em estágio avançado,

trazendo reflexos positivos para a Defesa Nacional; outras precisam ser aperfeiçoadas e incrementadas, de forma a contribuir para uma maior projeção do Brasil no cenário internacional. Sem a intenção de esgotar o assunto, o presente trabalho serve de subsídio para para novas linhas de pesquisa e estudo. Fica claro o potencial conjunto do agrupamento, porém as perspectivas e potencialidades de cooperação ainda a serem exploradas e desenvolvidas fazem com que as relações do Brasil no âmbito dos BRICS contribuam de forma limitada para a consecução dos OND previstos na PND.

REFERÊNCIAS

Agência Brasileira de Energia Nuclear. **Brasil e Rússia assinam acordo de cooperação para desenvolvimento de energia nuclear**. Disponível em: http://www.aben.com.br/noticias/brasil-e-russia-assinam-acordo-de-cooperacao-para-desenvolvimento-de-energia-nuclear#noticia. Acesso em 20 jul. 18

Agência Espacial Brasileira. **Agência Espacial Brasileira se preocupa com impactos gerados por detritos no espaço.** Disponível em: http://www.aeb.gov.br/agencia-espacial-brasileira-se-preocupa-com-impactos-gerados-por-detritos-no-espaco/. Acesso em 18 jul. 18

Agência Espacial Brasileira. **Índia.** Disponível em: http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/india/. Acesso em 18 jul. 18

ALSINA Jr., João Paulo Soares. **Política externa e poder militar no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil / organizadores: Gilberto Fernando Gheller, Selma Lúcia de Moura Gonzales, Laerte Peotta de Mello. – Brasília: IPEA: NEP, 2015.

AMORIM, Celso. Segurança Internacional: novos desafios para o Brasil. **Contexto internacional**, v. 35, n. 1, p. 287-311, 2013.

AMORIM, Celso L. N. O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança. In: PINTO, J. R. de A.; ROCHA, A. J. R. da; SILVA, R. D. P. da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança**: uma estratégia para o Brasil. Série Pensamento Brasileiro sobre Segurança e Defesa. v. 1. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/reflexao.pdf. Acesso em: 20 abr. 2018

André S. Campos. Editoria Mundorama. "**Entre a dança do elefante e a força do Dragão: a instabilidade nas relações India e China**, Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=19033>. Acesso em 09 mar. 2018

Anastasia, Fátima; Oliveira, Luciana Las Casas de (2015): Instituições políticas, capacidades estatais e cooperação internacional: África do Sul, Brasil e China, Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 2118 (Disponível em http://hdl.handle.net/10419/121510)

Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN). **Rosatom e Eletronuclear assinam memorando de entendimento para cooperar no setor de energia nuclear**. Disponível em: http://www.aben.com.br/noticias/rosatom-e-eletronuclear-assinam-memorando-de-entendimento-para-cooperar-no-setor-de-energia-nuclear#noticia. Acesso em 15 abr. 2018

ÁVILA, João Augusto Vargas. **A atual Política Externa Brasileira: impactos e implicações para a Política de Defesa Nacional no entorno estratégico** / Rio de Janeiro – RJ, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa lato sensu em Política, Estratégia e Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2015.

BACIGALUPO, Graciela Zubelzú de. **As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria**. . Rev. bras. polít. int. [online]. 2000, vol.43, n.2, pp.59-86. ISSN 0034-7329. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292000000200003.

BARROS, Sebastião do Rego. A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, p. 18-28, 1998.

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 125, 1 jul. 2005. Seção 1, p. 5.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 247, 19 dez. 2008. Seção1, p. 4.

_____. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CREDN. **Fronteiras da Amazônia: proteção e soberania devem andar juntas**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/fronteiras-da-amazonia-protecao-e-soberania-devem-andar juntas> Acesso em 23 jan. 2018.

_____. Exército. CCOMSEX. Revista Verde-Oliva. **Projetos Estratégicos: Indutores da Transformação do Exército**. 217. ed. Brasília, DF. 2012.

_____. Exército. Estado-Maior. **Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, DF. 2013a. 32p.

_____. Exército. Estado-Maior. **C 20-1**: glossário de termos e expressões para uso no exército. 3. ed. Brasília, DF. 2003.

_____. IBGE. **Áreas Especiais: Faixa de Fronteira**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm> Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2012. 276p.

_____. Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. **Doutrina Militar de Defesa**. 2. ed. Brasília, DF. 2007.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 4. ed. Brasília, DF. 2007.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos EB20-MF10.102 - Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, 2014.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Nota Informativa Nº 2: Combate à pirataria e aos ilícitos marítimos no Golfo da Guiné**. Brasília, 27 de Junho de 2013b. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3508-combate-a-pirataria-e-aos-ilicitos-maritimos-no-golfo-da-guine

Brics cria fundo de R$ 24 milhões para financiar projetos conjuntos de pesquisa. Disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/migracao/2016/01/Brics_cria_fundo_de_R_24_milhoes_para_financiar_projetos_conjuntos_de_pe*squisa.html*. Acesso em 14 jun. 2018

Bruno Santos, Leandro. **PAPEL DO BRIC NA ECONOMIA MUNDIAL**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, vol. 9, núm. 19, mayo-agosto, 2010, pp. 19-35. Universidade Federal do Ceará-Fortaleza, Brasil. Disponível em http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620608003

CABRAL, Severino. **Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI**. ed Revista Brasileira de Política Internacional, vol.43, n.1: 2000. 18p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-73292000000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 09 mar. 2018.

CERVO, Amado Luiz. **Globalização, integração e estado nacional no mundo contemporâneo**. Painel. Primeiro Seminário da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Brasília, 25 a 27 de julho de 2007.

Chinesa traz tecnologia e investe R$ 9,6 bilhões para levar energia de Belo Monte ao Rio. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/chinesa-traz-tecnologia-e-investe-r-96-bilhoes-para-levar-energia-de-belo-monte-ao-rio.ghtml**.** Acesso em 18 jul. 18

DEFESA NET. **NOVO MÍSSEL DA FAB ESTÁ 90 POR CENTO CONCLUÍDO.** Fevereiro de 2015.
Disponível em:< http://www.defesanet.com.br/fab/noticia/18113/Novo-missil-da-FAB-esta-90-por-cento-concluido/ >. Acesso em 14 maio 2018.

_____. **SIATT – SISTEMAS INTEGRADOS DE ALTO TEOR TECNOLOGICO UM NOVO PLAYER COM EXPERIENCIA NO MERCADO.** Novembro de 2017. Disponível em:

< http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/27792/SIATT----Sistemas-Integrados-de-Alto-Teor-Tecnologico-um-novo-player-com-experiencia-no-mercado/>. Acesso em 14 maio 2018.

_____. **Exclusivo – Brasil Cancela Pantsir S1 Mira o S-300**. Fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/br_ru/noticia/24691/Exclusivo-%E2%80%93-Brasil-Cancela-Pantsir-S1-Mira-o-S-300/. Acesso em 18 jul. 2018

_____. **Rosoboronexport" na LAAD 2011 – Defence & Security**. Disponível em : http://www.defesanet.com.br/laad2011russia/noticia/142/"Rosoboronexport"-na-LAAD-2011-–-Defence-%26-Security/ . Acesso em 18 jul. 18

_____. **ROSTEC quer Ampliar a Cooperação Estratégica com Empresas do Brasil.** Disponível em: http://www.defesanet.com.br/russialaad2015/noticia/18706/RUSSIA---ROSTEC-quer--Ampliar-a-Cooperacao-Estrategica-com-Empresas-do-Brasil/. Acesso em 18 jul. 18

DE LIMA, Gustavo Luiz. **O alinhamento da Política Nacional de Defesa com a Política Externa Brasileira como base para o desenvolvimento do Poder Nacional, Rio de Janeiro-RJ, 2015**. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa lato sensu em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2015.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - ECEME. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. – Rio de Janeiro, 2012. 36p.

Embratur abre escritório de turismo na Rússia. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/piembraturnew/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Embratur_abre_escritorio_de_turismo_na_Russia.html. Acesso em 18 jul. 18

Erthal Abdenur, Adriana, Marcondes de Souza Neto, Danilo, **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional [en linea] 2014, 57. Disponível em:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35831639001> ISSN 0034-7329. Acesso em 30 maio 2018

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**: elementos fundamentais. Rio de Janeiro: ESG, 2009a.

_____. **Manual Básico**: assuntos específicos. Rio de Janeiro: ESG, 2009b.

FEIJÓ, Rinaldo Benevides. **A Política de Defesa Nacional e as Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa**, Rio de Janeiro – RJ, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa lato sensu em Política, Estratégia e Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2008.

Flemes, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança?. Revista Brasileira de Política Internacional [en linea] 2010, 53 (Enero-

Julio). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35815326008> ISSN 0034-7329. Acesso em 6 mar. 2018.

FIORI, José Luís. **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul**. OIKOS (Rio de Janeiro), v. 6, n. 2, 2007.

FONSECA JR, Gelson. BRICS: Notas e Questões. In. PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**, Brasiíla: FUNAG, 2013, p. 21-46.

FONTOURA, Angenor Lopes. **O incremento das relações comerciais do Brasil com a China e a Índia: uma opção aos mercados excludentes dos Estados Unidos da América e da União Européia?** Rio de Janeiro-RJ, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa lato sensu em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2004.

Força Aérea Brasileira**. Míssil A-Darter entra na fase de ensaios de certificação** Disponível em: http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/29399/LAAD%202017%20–%20Míssil%20A-Darter%20entra%20na%20fase%20de%20ensaios%20de%20certificação. Acesso em 18 jul. 18

HURRELL, Andrew. “Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço?”

HURRELL, A. et alii. Os BRICS e a ordem global. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 27

Jakobsen, Kjeld Aagaard; **Análise de Política Externa Brasileira: continuidade, mudanças e rupturas no Governo Lula**. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

LEÃO, Valdemar Carneiro. BRICS: Notas e Questões. In. PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**, Brasiíla: FUNAG, 2013, p. 73-83.

Lukov, V. 2012. A Global Forum for the New Generation:The role of the BRICS and the prospects for the future. BRICS Information Centre. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/analysis/Lukov-Global-Forum.html.

MELLO, Marco Aurélio Gomes de. **A Estratégia Militar Brasileira e o Exercito: Uma Análise da Política Declaratória de Defesa**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Dissertação Mestrado.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; DOS SANTOS, Carlos Alexandre Geovanini. África & Brasil: parceria para o desenvolvimento. **Coleção Meira Mattos-Revista das Ciências Militares**, v. 7, n. 28, p. 35-46, 2013.

Ministério da Defesa. **Ministro da Defesa viaja à Índia para reforçar cooperação bilateral no setor de Defesa**. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/noticias/3880-31012012-defesa-ministro-da-defesa-viaja-

a-india-para-reforcar-cooperacao-bilateral-no-setor-de-defesa. Acesso em 17 ago. 2018.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil, Nº 2** - Nov/Dez 2017, divulgado em 18 de janeiro de 2018.

MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo. ed. Scipione, 2010

MORGENTHAU, H J. **A Política entre as Nações**: a luta pelo poder e pela paz. Tradução de Oswaldo Biato. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NASCIMENTO, Paulo Roberto Laraburu. A Inserção Internacional do Brasil e os Novos Desafios à Política de Defesa Nacional. **Coleção Meira Mattos-Revista das Ciências Militares**, n. 21, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica**. Rev. bras. polít. int., Brasília , v. 47, n. 1, p. 7-30, jun. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 mar. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292004000100002.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical**. IN: Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 5, n. 2, Jul/Dez 2008.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **As relações entre Àfrica do Sul e Brasil: do impacto da globalização à constituição do IBAS**. Século XXI ESPM - Nepri (núcleo de estudo e pesquisa em relações internacionais Revista de Relações Internacionais). v. 1, n. 1 (2010)

_____. **África do Sul e Brasil: dois caminhos para a transição ao pós Guerra Fria -1984-1994**. Programa de pós graduação em História UFRGS como requisito ao título de doutora em História. Porto Alegre, 2007.

PINHEIRO, Leticia Abreu. **Política externa brasileira**. Zahar, 2004.

PINHEIRO, LETICIA; LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. Nueva Sociedad Especial em Português, December. Google Scholar, 2010.

RODRIGUES, Maria das Graças Villela. colaboração e ampliação José Fernando Chagas Madeira, Luiz Eduardo Possídio Santos, Clayton Amaral Domingues. **Metodologia da Pesquisa:** elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações. 2 ed. 2005. Rio de Janeiro: EsAO, 2005

SANDRE RENNI, Yasmin. De Multilateralismo Efetivo à “Multilateralismo Multilateral”: A Revisão Das Potências Emergentes. **OIKOS (Rio de Janeiro)**, v. 16, n. 1, 2017.

SARDENBERG, R. **Curso de Relações Internacionais**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SOARES DE LIMA. Brasil como país intermediário e poder regional. In: HURRELL, Andrew. (Org) Os BRICS e a Ordem Global. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Sputnik. **Rússia é líder mundial em desenvolvimento de tecnologias para energia nuclear do futuro**. Outubro de 2015. Disponível em: https://br.sputniknews.com/ciencia_tecnologia/20150410716754/. Acesso em 19 jul 2018.

Sputnik. **Glonass: nova base do GPS russo será inaugurada na região Norte do Brasil.** Disponível em: https://br.sputniknews.com/brasil/2018081311947370-glonass-gps-russo-brasil/. Acesso em 18 jul. 18

Sputinik. **Chega nova Era do desenvolvimento militar da Rússia**. Disponível em: https://br.sputniknews.com/defesa/201710069526666-russia-cidade-militar-cientifica-era/

VIEIRA, Maíra Baé Baladão. **Relações Brasil-Índia (1991-2006)**. 2007. Disponível em http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12058

Visentini, Paulo. Adam, Gabriel. Vieira, Maíra. Silva, André. Pereira, Analúcia. **Brics: as potências emergentes. China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil – Discursos. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/vice-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/12494-discurso-do-vice-presidente-michel-temer-por-ocasiao-da-abertura-da-vii-reuniao-da-comissao-brasileiro-russa-de-alto-nivel-de-cooperacao-moscou-16-de-setembro-de-2015